



Biblioteca Breve

SÉRIE ARTES VISUAIS

LISBOA: URBANISMO
E ARQUITECTURA

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO

Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO

Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL

Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Título

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura

Biblioteca Breve / Volume 53

1.^a edição — 1980

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação e Ciência

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem

4500 exemplares

Composto e impresso

nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal

Junho de 1980

ÍNDICE

1 / A Cidade medieval	6
2 / A Cidade manuelina e filipina.....	16
3 / A Cidade joanina	27
4 / A Cidade pombalina.....	37
5 / A Cidade romântica.....	51
6 / A Cidade capitalista	69
7 / A Cidade modernista.....	91
NOTA BIBLIOGRÁFICA	120
TÁBUA CRONOLÓGICA	123
ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES.....	133

Lisboa nasceu do rio, do largo estuário do Tejo que nos princípios do Quaternário se sabe estar unido ao Sado na grande «depressão hispano-lusitânia» na qual emergia como ilha a serra da Arrábida. Do Paleolítico em diante, já há muito definida a península fronteira, o sítio futuro de Lisboa teve habitantes que deixaram vestígios de instrumentos e objectos de indústria no seu solo arqueológico — e logo pelo monte cimeiro do estuário, a poente, uma das sete colinas que algo confusamente se nomeariam no século XVII.

O sítio, protegido do oceano mas a ele ligado por águas tranquilas, com montes e vales férteis sob um clima ameno, naturalmente atraiu populações que sucessivamente invadiram e ocuparam o território extremo da península da «Hispania» — no dizer dos Fenícios que terão sido os primeiros povoadores mais demorados do local a que deram o possível nome qualificativo de «Alis ubbo», com o significado suposto de «enseada amena». Permaneceram seis séculos, do XVII ao VI a. C., sem que até nós chegassem vestígios seus, e cederam lugar a Gregos e Cartagineses, e estes, cerca de 195 a. C., aos Romanos seus vencedores —

numa pré-história da cidade que com os novos ocupantes se define e organiza.

Instalados durante mais de seis séculos no local já conhecido, os Romanos chamaram-lhe Olisipo e Olisipone (que, por confusão com Odisseia, que Estrabão situa na Andaluzia, dizendo-a fundada por Ulisses-Odisseus por este se supôs fundada, numa lenda adoptada por Damião de Góis e de persistente memória), e Felicitas Julia, como posterior nome oficial, em homenagem a Júlio César. Ali desenvolveram eles uma colonização que passava pela edificação do equipamento cívico necessário à sua civilização. Nada restou disso, a não ser vestígios epigráficos e um ou outro elemento arquitectónico descoberto no subsolo da cidade desde meados do século XVIII — com especial relevo para um vasto teatro dedicado a Nero que foi objecto recente de escavações, na zona de S. Mamede-Caldas. Uma inscrição data-o de 57 d. C. Na mesma zona existiram termas dos «Cassios», construídas por 49 a. C. e reconstruídas em 336 d. C.; e na Rua da Prata, esquina da Rua da Conceição, outras termas dos «Augustaes», construídas sob Tibério (c. 20-35 d. C.) e reconstruídas sob Constantino, como as outras. À Madalena existiu uma grande construção, provavelmente um templo consagrado a Cibele, cujos vestígios revelam importância e riqueza. Outro, dedicado a Tétis, terá existido também no local da Igreja de S. Nicolau, e encontraram-se vestígios duma torre ou atalaia romana na esquina da Rua da Conceição com a dos Sapateiros — enquanto uma tradição discutida supõe implantada ao alto da Rua Vítor Cordon uma casa de recreio dos pretores.

Tais são as notícias mais ou menos concretas que chegaram até nós, e, a partir delas e de outros vestígios, registando os locais referidos, pôde tentar-se esboçar um traçado hipotético da urbanização de Olisipo (Vieira da Silva, 1944 e 47).

Aparece ali um sistema de vias, a primeira das quais, partindo do sítio actual das Portas do Sol-Contador-mor, circundaria o monte do Castelo a meia encosta, bifurcando-se em Santo André, para Norte, pela calçada de Santo André e Olarias, e, para nascente, na direcção de S. Vicente, círculo que seria cortado por uma secante entre a Porta da Alfafa e S. Tomé; outra via, saindo também do Contador-mor, partiria para poente até à Porta do Ferro, a Sant'António da Sé, e seguiria para Norte, pela Madalena, S. Mamede e S. Nicolau, para S. Domingos, bifurcando-se em S. Nicolau para atingir o Borratém e prosseguir pela Mouraria e Benfornoso; da Porta do Ferro partiria outra via para nascente, até à Porta da Alfama e daí pela linha das ruas dos Remédios e do Paraíso.

O centro desta zona seria a parte mais povoada da urbe, comportando uma via principal, entre Sant'António da Sé e as Portas dos Sol, e um bairro de maior luxo, entre a Madalena, S. Mamede e S. Nicolau. Pelo meio, o Forum, junto à basílica, ou outro templo, que estaria na base da futura Sé; ao cimo do monte, um «castellum» defensivo.

Cidade rica, integrada na província da Lusitânia, Olisipo beneficiava do Tejo, ancoradouro comercial importante. As águas do rio enchiam ainda parte do vale largo da Baixa, e tinham braços por Valverde e pelo vale da Mouraria, até Arroios, separados pela colina de Sant'Ana, recolhendo águas das encostas, em

curiosos que o tempo diminuiria, por razões naturais ou provocadas.

A vida da cidade foi abalada pelas primeiras invasões bárbaras na Península, e tomada pelos Alanos cerca de 410. Outros povos sucederam a este, e os Visigodos chegaram a Olisipo nove anos depois, mas mantiveram ao longo dos séculos V e VI lutas de variado sucesso com os Suevos até ao resultado final favorável, em 585, ano anterior à conversão do rei Recaredo ao Cristianismo, facto que teve natural reflexo na arquitectura da cidade — podendo supor-se que então os restos do templo ou basílica romana tiveram adaptação funcional ao novo culto.

Mas, nestes quase dois séculos de guerras e depredações, que um terramoto, em 472, terá acentuado, muito da urbe romana desapareceu, com a sua civilização imperial. E os restos dela foram empregues como material agora detectado em fortificações que rodearam as áreas habitadas, protegendo-as das surpresas dos inimigos. Assim, muito provavelmente, nasceu a «cerca velha», ou «cerca moura», designação que proveio do domínio seguinte.

Com efeito, em 719, os Mouros invasores da Península tomaram Olisipone vindo a deturpar-lhe o nome em Achbuna, ou Lixbuna, no falar local, veículo de vários estratos ráficos que ao longo dos séculos, e com predomínio último de romanos e de visigodos, se sedimentaram no sítio urbano. A tolerância de uns e de outros, quando em tempo de paz e labor, também se verificou no novo domínio — o qual, por seu lado, sofreu também lutas internas que arrastaram prejuízos de bens e arquitectura.

Esta processou-se em relação à mesquita que fora templo cristão e já romano, como se supõe, e deu certamente palácios conformes à riqueza do sítio marítimo e agrícola. Dentro da cerca e fora dela, em vasta extensão, uma população já computada (decerto exageradamente) em 150 mil pessoas dedicava-se ao comércio e à agricultura, em hortas ou «almoinhas» limítrofes, com casas que se multiplicavam em ruelas estreitas e becos, ou se dispersavam pelos férteis vales vizinhos.

No interior da alcáçova, o palácio do alcaide e uma mesquita sobrepunham a cidade cuja descrição exterior, pelo cruzado Osberno, a seguir a 1147, nos diz que «na crista do monte redondo erguia-se a fortaleza de onde, pela direita e pela esquerda, desciam dois braços de muralha, gradualmente, pelo declive do morro até à orla do Tejo, e ao longo desta orla outro muro as reunia».

Com efeito, depois de outras ocupações cristãs, já talvez no fim do século VIII, em meados do X e em fins do XI, o primeiro rei português, após uma tentativa infrutífera em 1140, tomou a cidade em 25 de Outubro de 1147, em quatro meses de assédio, com ajuda de cruzados flamengos, coloneses e ingleses que demandavam a Terra Santa e se detiveram no caminho para esta empresa de reconquista. Medidas seguintes à tomada, com purificação da mesquita assim restituída ao culto cristão que já tivera (e era garantido, provavelmente, por um bispo mencionado na crónica do cerco e por paróquias que tinham subsistido e subsistiriam) e fundação de duas igrejas paroquiais, S. Vicente e dos Santos Mártires, nos sítios dos cemitérios de cruzados flamengos e ingleses,

completaram-se com o início da reconstrução da Sé, na traça românica que perdura.

Com estes actos, e com o foral concedido em Maio de 1179, D. Afonso Henriques marcou a sua autoridade numa cidade preciosa para a expansão do seu reino, futura capital dele (1256), quando totalmente definido no tempo de D. Afonso III. Por enquanto, a Lixbuna conquistada delimitava-se pelas muralhas antigas, entre o castelo e o rio, numa área de 15 hectares e meio, com as suas sete freguesias. Outras, extramuros, iriam em breve cobrir os dois arrabaldes, a nascente (Alfama) e a poente (Baixa), num total de quatro mais cinco.

As muralhas descritas por Osberno cobriam duas áreas, da alcáçova ou cidadela, e dali, pelo monte abaixo, até ao Tejo; dentro da alcáçova no ângulo Noroeste, encontrava-se o reduto do castelo propriamente dito («castelejo» no século XVII). A primeira área esposava o monte, a segunda era delimitada por um perímetro que, descendo, ia a Sta. Luzia (onde se abria a Porta do Sol) e inflectia ligeiramente para poente, passando entre o Limoeiro e S. Pedro da Alfama (onde se abria a porta da Alfama) e vinha ao Chafariz d'El Rei (provavelmente D. Dinis, mas é citado desde c. 1220), junto ao Tejo que, dobrando um cotovelo, passava a bordejar até ao sítio futuro da Misericórdia-Conceição Velha, abrindo-se neste percurso a Porta do Mar (a S. João da Praça), provavelmente a única então existente para a banda do rio. À Misericórdia, a cerca fazia ângulo quase recto e começava a subir para a Alcáçova, passando entre os futuros locais da Igreja de Sto. António e da igreja (exterior) da Madalena (onde se abria a Porta do Ferro)

e, inflectindo para S. Crispim, após a Porta de Alfofa, encontrava a muralha da Alcáçova. Contavam-se ao todo cinco portas fortificadas, a que, com o tempo, se acrescentariam outras, por necessidades de tráfego e serventia, do lado do rio. Todas elas abriam para caminhos que iam servir os dois arrabaldes, e apontavam para o desenvolvimento destes.

Assim aconteceu, naturalmente e organicamente — e de tal modo que, duzentos anos mais tarde, em 1373, o rei D. Fernando fez construir uma nova muralha que envolvesse a realidade do povoamento, que contaria então cerca de 65 mil pessoas nesta nova área de 101 hectares (seis vezes a anterior) definida em duas partes, a nascente e a poente da cerca velha. Rapidamente construída, ante ameaças de guerra com Castela, em dois anos estavam de pé os 5400 metros de muralha e as suas 77 torres, graças ao esforço da população directamente interessada mas também de vizinhanças distantes, de Sintra, Mafra ou Setúbal.

Na sua parte oriental, a cerca partia do ângulo nordeste da Alcáçova, ia a Sto. André, subia à Graça, cuja igreja contornava, descendo depois a S. Vicente (também incluído), e ao rio, no sítio do Jardim do Tabaco, correndo depois pela margem até encontrar o local do Chafariz d'El-Rei. Onze portas se abriam na sua extensão, para terrenos ainda despovoados ou quase. Na parte ocidental, a área coberta tinha mais do dobro da outra, e a muralha delimitante corria, a partir do ângulo do castelejo, para Noroeste, pela Saúde (Porta da Mouraria), até junto à Igreja da Pena (Porta de Sant'Ana), daí descia para Valverde (Porta de Sant'Antão), passava a Norte do Rossio e subia à altura de S. Roque (onde se abria uma porta do mesmo

nome), para descer na vertical até ao Tejo (hoje ruas da Misericórdia e do Alecrim), deixando no meio a mais importante das novas 36 portas, a de Santa Catarina, e vindo encurvar-se ao Corpo Santo, após o que seguia a beira-rio, deixando de fora as praias do futuro Terreiro do Paço, até encontrar o troço ribeirinho da cerca velha. Nesta parte final, desde o local do actual Município, terá sido aproveitado um lanço de muralha solto, construído por D. Dinis em 1294.

Dentro destes novos espaços, ao contrário do que sucedia no espaço primitivo da cidade moura e afonsina, contava-se uma grande superfície plana, na parte ocidental, definida entre o morro do Castelo e a colina contínua de S. Francisco a S. Roque, enquanto, do outro lado, da Alfama até à Graça, se ofereciam terrenos em aclave, como na área velha da cidade. A parte mais rica de Lisboa havia de se desenvolver na primeira área, num tecido contínuo cuja história minuciosa é impossível conhecer. Ruas, travessas e becos foram sendo construídos, multiplicando-se as casas de andares em meados do século XVIII — mas o desenvolvimento realizava-se conforme necessidades minimamente locais e obedecendo também a pólos de atracção que eram os conventos, as novas paroquiais e algumas casas nobres, que aglutinavam clientelas.

Em 6 de Junho de 1395 o rei D. João I impôs uma primeira ordem neste caos urbano, obrigando a arruar os mesteres, o que significa a existência dum desenvolvimento considerável, que em grande parte é devido a D. Dinis, protector da baixa ribeirinha, onde se tinham já instalado estabelecimentos públicos, como a Alfândega Real, desde cerca de 1288, e as Fangas da Farinha, cerca de 1300. De qualquer modo, «foi o

desenvolvimento de Lisboa que caracterizou, demograficamente, o fim da Idade Média em Portugal».

Entretanto, também as ordens religiosas se tinham instalado na cidade: logo os Agostinhos, em S. Vicente, a seguir à conquista, os Franciscanos cerca de 1217 e os Dominicanos depois, cerca de 1240, uns junto da Igreja dos Mártires, no monte Fragoso que tomou o nome de S. Francisco, os outros no Rossio, já então enxuto e que a partir do seu convento se definiu. Também perto de S. Francisco (ao fundo do actual Chiado) se edificou, a partir de 1279, o convento do Espírito Santo da Pedreira, enquanto Santo Eloy era fundado em 1286, Santa Clara em 1292 e outros Agostinhos, Descalços, fundaram em 1291 o seu convento na Graça. Frades franceses da Ordem da Santíssima Trindade chegados a Lisboa em 1217, por seu lado começaram a erguer o convento em 1283, não longe dos Oratorianos — e foi perto deles que Nun'Álvares, em cumprimento de voto feito em Aljubarrota, logo em 1389 tudo preparou para edificar uma igreja a que seria ligado o convento do Carmo, já habitado oito anos depois. No meio de construções primitivas que ao longo dos séculos receberiam grandes benefícios arquitectónicos, até à inteira reedificação, a igreja do Carmo constituiu uma excepção, já em pleno gótico que nela teve notável expressão.

São estes os principais núcleos da cidade medieval que, cerca de 1450, teve um primeiro palácio para albergue de embaixadores estrangeiros, os Estaus, no Rossio, forum popular da urbe, mandado construir pelo Infante-regente D. Pedro, enquanto os Paços

reais da Alcáçova, por ordem de D. Dinis, receberam grandes obras, depois continuadas até princípios de Quinhentos, e o Paço-a-par de S. Martinho ou do Limoeiro tinha também grande relevo arquitectural e decorativo.

Por outro lado, aldeados os Mouros vencidos na Mouraria, e espalhados pelos arrabaldes, onde continuavam as suas culturas hortícolas, também a colónia judaica foi tendo bairros próprios, a Judiaria Grande, entre a Madalena e as Ruas da Conceição e dos Correeiros actuais, e a Pequena, no sítio actual do Banco de Portugal (e outra, na Alfama), ocupando assim uma parte da Baixa que ia formigando de casario, cortada embora por canais de águas que várias pontes atravessavam. Entretanto, já mencionada em 1294 (e sabe-se que ardeu em 1369 e 73), uma Rua Nova impunha-se no sítio pelo seu esplendor mercantil, paralela à muralha ribeirinha, ao fundo da Baixa. Por outro lado, em 1401, D. João I fazia urbanizar a zona alta da cidade, na colina do Carmo — e desde 1467 a Câmara podia aforar campos e baldios, seus terrenos, para sempre e não só por três vidas, o que não deixaria de incentivar a construção, com estabelecimentos de «parcelares», células do tecido urbano em evolução.

2 / A CIDADE MANUELINA E FILIPINA

À entrada do século XVI, Lisboa modificou profundamente a sua estrutura urbana, física e simbolicamente, com a instalação da corte junto ao rio, num novo paço real rapidamente construído para fora da cerca, sobre os armazéns das mercadorias da Mina e da Índia — «construção muito baixa, com pouco desenho e pobre», na crítica dum enviado veneziano em 1504, data em que o palácio estava já em considerável adiantamento. D. Manuel I, no grande e definitivo arranque dos Descobrimentos, depois da viagem da Índia, abandonava o castelo medieval e, «folgando de ser presente» (Gaspar Correia) no ponto vital do novo comércio, descia ao Tejo de que mais uma vez dependia o destino da sua capital. Um terraço construído depois, abrindo-se sobre o rio, sublinhava essa ligação que alterava a própria vida da cidade, logo ao afeiçoar uma enorme esplanada extramuros num sítio de praia — o Terreiro do Paço, que ia ser centro da vida da corte, complemento do Rossio, na cidade agora polarizada entre as duas praças. Ao mesmo tempo (7 de Agosto de 1500) o rei dava foral novo a Lisboa.

O Paço da Ribeira ia conhecer obras sucessivas, em acrescentos e decorações e, a nascente como a poente, outras instalações da construção e do comércio navais, se multiplicavam, e também casas da corte, à beira-rio, com suas arcadas e galerias, em terrenos que o rei dava aos fidalgos para animar o local seu favorito. Mais adiante, a Ocidente, o rei ergueu ainda o Paço de Santos, sobre casas dum feitor da Índia que lhas cedeu logo em 1501.

Para trás do Terreiro do Paço, a Baixa continuava a ser o coração da cidade activa, no dédalo das suas ruas e becos, com o arruamento principal da Rua Nova, e tendo já desde 1466 coberto o caneiro em que se escoavam ainda águas do Tejo, pela Rua dos Ourives do Ouro. Em 1492, um Hospital de Todos-os-Santos, a par do Convento de S. Domingos, no Rossio, com a sua enorme escadaria exterior, sítio de encontro e preguiça, punha na praça uma animação ainda maior.

As três Judiarias, com a expulsão dos seus habitantes por lei de D. Manuel, em 1496-98, foram absorvidas pela Baixa (tomando por vezes as suas ruas a designação de Vilas Novas), e o mesmo aconteceu ao bairro da Mouraria. Também esses factos políticos terão provocado remodelação de casas — fenómeno corrente, ao longo da Idade Média como agora, imposto pelo uso das habitações de pedra e madeira. Estas, de três, quatro ou cinco andares, tinham duração limitada e, derruídas, incendiadas ou envelhecidas, eram melhoradas ou aproveitadas de modo pragmático em reconstruções sucessivas — algumas devidas a grandes tremores de terra como os de 1531, de 51 ou de 97, este último, aliás, causador do pavoroso abatimento de parte do monte de Santa Catarina.

Na zona oriental da cidade verificava-se também um desenvolvimento urbano, pela Graça e pelas Olarias, e do arrabalde da Sra. do Monte há notícias positivas então, entre lembranças ainda rústicas. Os campos de Santa Clara e de Sant’Ana, freguesias nos anos de 1560, com os seus mosteiros franciscanos, o primeiro medieval, o segundo de meados de Quinhentos, caseavam-se também fora dos muros. De resto, outros conventos e igrejas se ergueram no século XVI, poucos já dentro da cidade (a Graça reconstruída, como o Espírito Santo), vários não longe dela, pelo exterior (Anunciada, S. Roque, Sant’Antão, Esperança, igrejas do Loreto, de Sta. Catarina do Monte Sinai), outros mais distantes (Santos-o-Novo, já desde fins do século XV, Madre de Deus, Chelas, Odivelas, S. Domingos de Benfica, S. Francisco de Xabregas, Capuchos, os Jerónimos).

Em meados do século Lisboa, «grande metrópole à escala europeia» (Oliveira Marques), contaria cerca de 80 mil habitantes, com 432 ruas e travessas, 89 becos, e 62 «postos» que viriam a evoluir do seu estatuto de meio rural para sítios e depois bairros — conforme um *Sumário (das) Coisas (...) de Lisboa*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira publicado em 1554 ou 55, é que e uma das primeiras descrições estatísticas da cidade que se conhecem. De meados para fins de Quinhentos, por desdobramento (quer dizer por aumento de população fixada), definiram-se doze freguesias além das vinte e três existentes já no século XIII.

Mas outra descrição da cidade foi publicada em 1554: *Urbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis, em 1554. Este humanista distinguia então em Lisboa sete monumentos principais: a Misericórdia, o Hospital do

Rossio e os Estaos, os armazéns do trigo, os das Casas da Mina e da Índia, a Alfândega e o Arsenal, a que atribuía «magnificência e sumptuosidade inacreditáveis» — adjectivos que, aliás, empregava também, juntamente com «elegante», sobre «muitas das construções, quer de pessoas principais e nobres, quer de particulares», e alguns conventos. Contrariamente, dois embaixadores de Veneza, em 1580, achavam que «todas as casas dos Senhores, mesmo as maiores, eram construídas com pouca regularidade» e sem «carácter arquitectónico» e «não mereciam consideração quanto à matéria». Já em 1571, aliás, Francisco de Holanda lamentava que a Lisboa «falecessem» monumentos condignos. Uma excepção, porém: a casa ribeirinha dos Bicos, do herdeiro de Afonso de Albuquerque, de gosto italianisante, já no primeiro quartel do século.

Outra documentação, de carácter gráfico, foi abundantemente devida a autores estrangeiros, S. Munster (Basileia, 1541) e G. Braunio (Colónia, 1572 e 93), que, sobretudo o último, puseram nas vistas panorâmicas que editaram cuidados de informação que permitem uma ideia de conjunto ou de massa da cidade de então. O flamengo S. Beninc, em outra vista desenhada em 1530-34, representava também a margem do rio e já punha nela os Jerónimos e a Torre de Belém.

Estes monumentos, tal como a Madre de Deus e a Misericórdia, exprimem um estilo que, contemporâneo do período dos Descobrimentos, a eles se ajustou, com interpretação simbólica, em termos românticos — o «manuelino», referido ao seu construtor, o rei D. Manuel.

A Oeste, a caminho da barra, ou a Leste, as três igrejas e a bonita torre defensiva à beira-rio enriqueceram a cidade do princípio de Quinhentos com edifícios sumptuosos nos seus lavores de pedra, que marcaram uma época na história da arquitectura portuguesa, em Lisboa especialmente expressa. Lisboa cujos limites ribeirinhos a nascente e a poente ficavam assim marcados pela Madre de Deus e pelos Jerónimos.

Mas, mais importante que estes monumentos pontuais, para a vida da cidade e para o seu processo urbanístico, foi a lenta criação de um bairro novo, definido a par das muralhas ocidentais e ao longo delas, desde o rio até ao ângulo de Noroeste, e acima deste, para a Cotovia. Trata-se da Vila Nova de Andrade, ou Bairro Alto de S. Roque, cuja edificação regularizada se realizou desde os princípios de Quinhentos e ainda pelo século seguinte, conforme estatutos sociais sucessivos.

Todo o sítio fora propriedade de um astrólogo e cirurgião judeu, valido dos quatro primeiros reis da dinastia de Avis, mestre Guedelha Palançano, cuja viúva, perante as perseguições à sua colónia realizadas nos fins de Quatrocentos por D. Manuel I, se viu levada a vender as terras a dois fidalgos da corte. Os herdeiros destes entenderam-se de modo que um deles, Bartolomeu de Andrade, cuja família já tivera casa nobre, a S. Pedro de Alcântara, decidiu em 1513 uma larga operação de loteamento logo posta em prática, a partir do rio. Tratou-se, a princípio, de um caseamento algo irregular e modesto, destinado a habitação de artesãos e marinheiros, gente ligada à expansão marítima, que se multiplicava e não tinha já pouso na

cidade, sobretudo após o terramoto de 1531 que a terá grandemente prejudicado. A edificação foi rápida, açodada por multas se ela tardasse mais de três anos, e ocupou uma primeira zona, até à meia encosta marcada pela via que saía das Portas de Santa Catarina descendo pelo Combro a caminho da Horta Navia. Acima dessa linha, num aclave mais suave, pela altura de S. Roque até à Cotovia, onde os Andrades tinham casa, outra urbanização se processou, de maior «standing», envolvendo já palácios e casas nobres, ao fim do século e em Seiscentos ainda (casas dos Ericeiras, Soures, Lumiares, Minas.) Registe-se que, em 1553, os Jesuítas vieram instalar-se junto à cerca, no limite das terras dos Andrades, e o seu renome e influência contribuíram sem dúvida para a nobilitação da Vila Nova transformada em Bairro.

Em 1527 o bairro contava já 408 fogos (cerca de 1600 habitantes) e, em 1554 ou 55, o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues já mencionava cinco ruas traçadas no sentido Norte-Sul e duas no sentido Nascente-Poente, na freguesia do Loreto; a malha virá a adensar-se, mas respeitando o traçado fundamental de então. Uma planta de 1650 nos mostrará o bairro perfeitamente desenhado, a noroeste da cidade; e, pela mesma altura, um cronista da Companhia, dirá que ele era «uma bastante cidade», de ruas «belas», «o mais gabado» da cidade, com os seus edifícios «grandiosos» e «mui nobres», de «traça moderna» e «romana», em tudo dignos de «fidalgos ilustres» que passavam a habitá-lo.

O Bairro Alto marca a passagem do século XVI para o XVII na vida urbana de Lisboa, e a aquisição de uma consciência urbanística e arquitectónica que ao longo

de Seiscentos se processou, a partir e em grande parte graças à ocupação espanhola que trouxe à capital portuguesa a influência da civilização castelhana no momento em que nela se desenvolvia a grande arquitectura do «Siglo d'Oro». Depois de 1640, o movimento continuou dentro do espírito adquirido, até inícios de Setecentos, quando se verificará uma clivagem cultural no País.

Filipe II, I de Portugal, apressou-se a vir tomar posse da nova coroa dos Áustrias, e logo em 1581 passou ano e meio em Lisboa, recebido com os primeiros arcos de triunfo de uma arquitectura de festa maneirista, elevados no Terreiro do Paço — sítio de festejos, de procissões e autos-de-fé, de touradas, de mercado também. Logo ali Filipe II desejou transformar o paço manuelino numa habitação régia condigna e para isso empregou um arquitecto e engenheiro militar bolonhês estabelecido em Portugal desde 1577, Filippo Terzi, com quem Herrera, o grande arquitecto do Escorial, se entendeu, ficando como muito provável orientador da obra. Esta consistiu, principalmente, num maciço mas elegante torreão quadrangular (o «torreão de Tércio») com 15 a 20 metros de lado, cúpula e lanternim, edificado na extremidade do pavilhão manuelino, cujo corpo sofreu também enorme modificação monumentalista, passando a ocupar toda a face poente do Terreiro. Em 1619, quando da visita de Filipe III a Lisboa, esta parte da obra estava terminada e rapidamente se inseria na imagem da cidade, como mais evidente sinal de uma modernidade marcada pelo maneirismo e pelo barroco «austero».

Perto, para poente e ainda sobre o rio, o valido português do invasor, feito marquês de Castelo Rodrigo, elevou também um palácio de grande qualidade, dito de Corte-Real (do proprietário do terreno, sogro do edificador), com as suas duas alas de 37 metros perpendiculares ao Tejo, cobertas de terraços, e os seus 185 quartos e dezoito «salões reais». Era certamente «um dos mais magníficos» palácios de Lisboa (arquitecto F. Terzi?) — a que respondia a enorme massa do palácio Bragança, sobrepujando-o, ao alto do monte de S. Francisco.

Outros palácios, em grande número, foram então construídos em variados sítios, muitas vezes fora de portas, durante ou depois da ocupação espanhola, como o dos futuros Abrantes, que fora o Paço de Santos, o dos Távoras no Campo Pequeno, já longe da cidade, tal como o dos Fronteiras, em S. Domingos de Benfica, o dos Arcos em Alfama, os dos Ericeiras, dos Redondos, dos Castelos-Melhor e dos Almadás, a Valverde, o dos Marialvas a Santa Catarina, o dos Soures no Bairro Alto, o dos Alegretes na Mouraria, o casarão dos Tancos na Costa do Castelo, o dos Óbidos e o dos Alvores às Janelas Verdes — e até um paço real em Alcântara, sem grande relevo, e um Paço da rainha-viúva de Inglaterra, filha de D. João IV, na Bemposta, da melhor arquitectura da época. Outra série diz respeito a conventos, uma vintena (21, entre enumerações de 1554 e de 1620, mais 44 até 1745 quando somarão 87 na cidade e seu termo — e mais em Lisboa do que em todo o reino, afirmava-se em 1651), incluindo as grandes casas de S. Bento da Saúde e dos Jesuítas de Santo Antão, e ainda os Paulistas, as Trinas e o convento do Rato — este num largo que, longe da

cidade murada, era já uma importante placa distribuidora para os arrabaldes, de que dependerá o urbanismo futuro desta parte ocidental da cidade. Trata-se de construções ou de reconstruções ampliadas, dentro do esquema de enriquecimento das Ordens — mas toda esta quantidade de construção não correspondeu a uma qualidade real que nos grandes casarões monásticos ou seculares se satisfazia com pouco, e geralmente só com o portal nobre. Duas igrejas marcam, porém, o princípio e fim da arquitectura Seiscentista de Lisboa: S. Vicente de Fora, cerca de 1580, e Santa Engrácia, cem anos depois.

Inaugurado só em 1629, e ainda longe de estar acabado, S. Vicente deve a sua traça a Terzi, ao que se supõe, com possível ingerência de Herrera; Santa Engrácia, através de campanhas sucessivas de obras, é a partir de 1682 que, com planos de João Antunes, definitivamente se caracteriza, embora tivesse ficado inacabada até ao século XX. S. Vicente é uma obra maneirista de grande importância, com influência serliana, e será modelo lisbonense pelos séculos XVII e XVIII; Santa Engrácia é uma obra de grande riqueza estrutural com a sua planta em cruz grega e a sensibilidade borrominesca mais contemporânea que se manifesta, de modo único, nas suas fachadas e na notável espacialidade interna.

Mas outras igrejas, recentes ou mais antigas, tiveram então novas decorações de talha dourada que, cerca de 1675, apresentaram uma nova estrutura, no «estilo nacional» de notável retórica barroca. Ligada a um novo gosto de painéis de azulejo historiados e emoldurados conforme modelos de gravuras em curso internacional, a talha seiscentista marca em Lisboa uma

nova imagem decorativa cuja riqueza não tem paralelo na arquitectura laica.

Trazidas pelos Espanhóis, as representações teatrais impuseram, também, nos Pátios das Arcas e das Fargas, na Baixa, uma arquitectura meio precária de sala de espectáculos que inovaram nos hábitos da cidade a eles rapidamente rendidos, tal como se renderam a outro hábito, sumptuário, de circular em coches, que passaram a perturbar o trânsito de ruas estreitas não preparadas para tal moda — que, porém, se impôs, apesar de uma proibição passageira em 1626 e de um condicionamento em 72, dada a importância do sinal social que acarretavam.

As ruas de Lisboa mantinham a sua definição medieval, com uma ou outra inovação: a Rua Nova do Almada, aberta em 1665 para dar passagem a poente ao já animado bairro de Santa Catarina (Chiado), entre os conventos do Espírito Santo e da Boa Hora, o desdobramento, para benefício do trânsito, da Rua Nova da Palma em 1673, o alargamento da importante rua dos Ourives da Prata, em 1681, que ficou com mais de nove metros de largura mesmo na parte mais estreita, o alargamento de dez portas e postigos da cerca antiga e sempre respeitada.

Se em 1673 a rua Nova da Palma era considerada «uma das principais serventias da cidade», dando sobre a porta do seu nome, em 1620 as portas de Santo Antão, de S. Vicente, da Cruz (no ângulo sudeste da cerca) e da Esperança (no ângulo oposto) eram dadas como entradas principais, por onde passavam diariamente mantimentos e comércio geral — ou seja, «grosso modo», 35 por cento vindo do Norte, 40 por

cento de Leste e 25 por cento da banda ocidental e ribeirinha.

Durante o século só duas freguesias se formaram, por desdobramento de outras: as Mercês e S. Sebastião da Pedreira — esta especialmente significativa por traduzir um povoamento mais cerrado para norte da cidade.

Em 1650, J. Nunes Tinoco tirou a primeira planta geral da cidade cuja cópia chegou até nós. Limita-a ainda a cerca fernandina, mas o extravasamento é visível a poente, com a quadrícula do Bairro Alto, e a nascente, pela Mouraria e Santa Clara — e é um dedalo de ruas, tecido vermicular onde só abrem clareiras o Terreiro do Paço e o Rossio, ou as encostas inóspitas do Castelo e as terras dos frades de S. Francisco da Cidade.

Então, e dois anos depois, D. João IV, com engenheiros militares (sobretudo franceses), mandou rodear Lisboa de uma nova cerca defensiva com 32 e depois só 16 baluartes: a sua linha de cortinas, nunca terminada, ia de Santa Apolónia (onde restam os bastiões desse nome e da Cruz da Pedra) até Alcântara (onde ficaram os do Sacramento e do Livramento ou das Necessidades), e passava pelos Prazeres, Alto do Carvalhão, Campolide, Estrela, Cotovia, S. José, Capuchos e Senhora do Monte, deixando ou não vestígios, como aconteceu a ocidente, na Junqueira, com os baluartes de S. Paulo e de S. João.

As guerras da Restauração findaram, porém, e as obras foram abandonadas e esquecidas na época mais amena que se seguiria.

D. João V subiu ao trono em 1706 e cedo se dedicou à sua capital, contando com a miraculosa riqueza aurífera que desde o fim de Seiscentos entrava no País, vinda do Brasil, e com a paz garantida em Utreque, em 1713, que o libertava da política austríaca e lhe abria o caminho da França que, com o de Roma, irão polarizar as influências artísticas e culturais recebidas pelo seu reinado.

Mas a capital de D. João V era, antes de mais, o seu paço e, mais do que este, a capela real — paroquial em 1709, colegial em 10, patriarcal em 16, sede de nova diocese da meia Lisboa ocidental. A pequena capela de D. Manuel foi ampliada para o efeito e chegou a ter três naves, oito altares e uma profunda capela-mor, tudo enriquecido e decorado em talha que a influência romana desde cerca de 1725 modificara. Esta igreja magnífica, chefiada em 1737 por um cardeal com sacro colégio, e o Paço da Ribeira também ampliado, com uma nova ala paralela ao rio e uma famosa Torre do Relógio, tudo em luxuosa decoração aqui laicamente francesa, por várias vezes teve concorrência, no espírito do rei, de outros planos — de uma basílica talvez em Buenos Aires, em 1715, ou, trinta anos mais

tarde, nas alturas da Cotovia, pensando então o arquitecto J. F. Ludovice num edifício que pudesse «rivalizar com S. Pedro de Roma». Ludovice tinha construído para D. João V o grande complexo de igreja-convento-palácio de Mafra, «monumento maior que o reino», com primeira pedra posta em 1717 e obra adiantada cerca de 35 — mas em 1719 o rei tinha feito vir um arquitecto famoso de Turim, F. Juvara, para estudar um outro complexo, não se sabe onde, magníficos edifícios de palácio e igreja dignos da riqueza nacional, ou apenas real — projectos esboçados mas abandonados, mais pela demora da sua execução que pelo custo elevadíssimo, ao que se pretendeu.

Assim, durante o seu reinado, até ao exacto meio do século, D. João V cristalizou os seus sonhos sumptuosos no próprio palácio real, mas sem saber ao certo onde eles teriam local apropriado, entre o Terreiro do Paço já tradicional e alturas ainda rústicas da cidade, extra-muros. Aliás, para ocidente, ao alto de Alcântara, ele fizera edificar outro conjunto de igreja-palácio e hospício para os Oratorianos, as Necessidades (arquitecto Caetano Tomás de Sousa), elevado até 1750 — e já antes (1725) comprara uma casa de quinta em Belém, ali reedificando um palácio, com embelezamento dos jardins. Já após a sua morte, D. José I fará construir, ainda junto do Paço da Ribeira, um teatro de ópera, traçado por um arquitecto bolonhês, de famosa família, G. C. Bibiena: coroava-se assim a lenta evolução do gosto da corte agora adepta do «bel-canto», com consequências na arquitectura, que passou dos «pateos» espanhóis às salas de ópera italianas, em estruturas diferenciadas que os cuidados exteriores revelavam também. A sumptuosa «Ópera do

Tejo» durou, porém, apenas meia dúzia de meses, em 1755, desaparecida, como foi, no terramoto desse ano.

Entretanto, alguns conventos (Arroios, Rilhafoles) foram construídos em Lisboa, muito menos, no entanto, que em Seiscentos, e também as igrejas foram pouco numerosas, desde o Menino Deus, começado em 1711 e sagrado em 37, em baixo das muralhas da Alcáçova, até Santa Isabel, mais banal, que marcou, em 1741, uma única nova freguesia, adiante do Rato. Ao mesmo tempo, porém, muitos templos receberam benefício de azulejos e talhas de altar, ao novo gosto italianizante, e foi o caso da própria Sé, de S. Vicente, dos Paulistas, de S. Domingos — até à aventura final de D. João V: a magnífica capela de S. João Baptista em S. Roque, encomendada a Vanvitelli e instalada em 1751, já falecido o monarca.

Sempre um gosto de interiores, de que a cidade só gozava indirectamente, não deixava de intervir na sua imagem mental, definindo assim a mais autêntica «cidade joanina». Esta não descuidava, porém, a edificação de palácios de fidalgos da Corte, espalhados pela cidade ou seus arredores (Cunhas-Olhão no Combro, como os Sousas-Palmela, Barbacenas no campo de Santa Clara, como os Almeidas-Avintes, num palácio desejado pelo primeiro cardeal-patriarca de Lisboa para um seu herdeiro, ao mesmo tempo que engrandecia o seu Paço de veraneio, da Mitra, ao Beato, Unhões em Xabregas, um Pimenta no campo Grande, outros da Junqueira a Belém, zona em favor desde os princípios do século) — mas, embora mais cuidados que os do século anterior, não impressionavam favoravelmente os estrangeiros. Um destes viajantes comentara (em 1738) que o mal estava

no despropósito de as casas não seguirem os planos durante a construção, aceitando ocasional conselho de curiosos, num jeito antigo que perdurava mesmo em tempos de fausto aparente.

Traçadas pelo arquitecto de Mafra, seu proprietário, ou por C. Mardel, arquitecto húngaro imigrado, duas casas nobres marcam, todavia, especial relevo neste período: a casa Ludovice, em S. Pedro de Alcântara (1747) e já a de Lázaro Leitão, na Junqueira (1734 — C. Mardel?), edificações de uma burguesia de funcionários ou nobreza de toga e clerical, com mais exemplos (Corte-Real, na Junqueira, Mitelo, a Santa Clara). Pelo contrário, outro palácio nobre, de grande porte e «novidade», dos Taroucas, vindo do fim de Seiscentos (arquitecto João Antunes), eternizou-se em obras sem fim que dariam novo nome ao sítio da Cotovia.

Outras obras ainda marcaram cuidados de D. João V pela cidade, e logo um enorme cais estudado desde os anos 30 e com uma proposta colossal em 1742, implicando aterro da zona ribeirinha, de modo a definir uma longa «linha direita» cujas superfícies conquistadas ao rio se «encheriam de edifícios», com uma «rua direita» e um «passeio público». Houve também então a remodelação monumental da Fábrica da Pólvora, o alargamento da ponte de Alcântara, que uma estátua de S. João Nepomuceno passou a ornar, em 1744 — terceiro monumento público, depois das populares estátuas seiscentistas de Apolo, no Terreiro do Paço, e de Neptuno, no Rossio, com suas fontes.

As fontes públicas foram também preocupação régia que Mardel satisfez numa série de desenhos, os mais simples executados (Esperança, Rato, rua Formosa), os outros abandonados, e entre estes duas

fontes monumentais coroadas por estátuas de D. João V, uma equestre, numa edificação de grande volume, outra pedestre, ignorando-se para que locais da cidade — então servida por um magno aqueduto que foi a grande obra de engenharia do reinado joanino.

Depois de tentativas e empreendimentos já em 1573, e nos reinados filipinos (1618 e 1621), a iniciativa partiu então do procurador da cidade, Gorgel do Amaral (1728), com a intenção de levar água corrente a uma parte da cidade, o Bairro Alto e daí para baixo até ao Paço real, remediando uma habitual carência em que já várias vezes tinham pensado os edis. Uma legislação apropriada deu apoio fiscal à empresa, e o decreto de 12 de Maio de 1731 mandou começar as obras iniciadas no ano seguinte e terminadas dezassete anos depois, com prolongamento nas fontes citadinas, numa «mãe d'água» e num notável arco, às Amoreiras, de Mardel, em 1752. Os engenheiros Manuel da Maia e Custódio Vieira conduziram os trabalhos, e depois (1747) o próprio Mardel, sempre com o interesse régio.

Desde Caneças, das Águas Livres que lhe deram o nome, o aqueduto conta dezoito quilómetros até às Amoreiras, emergindo da terra no alto da Serafina para galgar o vale de Alcântara até Campolide, em perto de um quilómetro de extensão sobre 35 arcos, 21 de volta perfeita, 14 quebrados ou ogivais — numa forma que não deixou de ser criticada na altura, pela sua lembrança medieval depreciada. O mais alto destes arcos, fechado em Outubro de 1744, mede 65,25 metros de altura, e o todo apresenta uma monumentalidade que impressionou os contemporâneos. «A mais magnífica e a mais sumptuosa empresa deste género sem excluir as dos

Romanos e dos Franceses», afirmava em 1755 o *Journal Etranger* de Paris — no ano em que a sua boa construção o fez resistir ao terramoto.

No pólo utilitário oposto ao Paço real e à sua Patriarcal, o aqueduto é um sinal maior da cidade municipal, num equipamento urbano de que ela precisava e que os seus habitantes mereciam, numerosos como eram já nos princípios de Setecentos. 90 000 fogos (ou seja 360 000 habitantes) contavam as relações paroquiais em 1704, enquanto em 1716, para obtenção de uma segunda diocese na cidade, se garantia ao papa que só a parte ocidental, em questão, tinha 300 000 habitantes — ou seja, o total de 600 000 para a cidade inteira, como se concluiu, imprudentemente, em 1754, em informação igualmente fornecida a Roma. Já em 39 se tinha afirmado a existência de 800 000 — mas mais verosimilhança apresenta um cômputo de 1729, quando se tratava de lançar realistamente o imposto do «real da água» para a construção do aqueduto; calcularam-se então 50 000 vizinhos (famílias), ou seja uma população de cerca de 200 000 pessoas. Cálculo em certa medida documentado indica 250 000 habitantes na altura do terramoto de 1755.

Este quarto de milhão de pessoas vivia numa cidade que há muito transbordara da cerca medieval: pelos meados do século citavam-se já os sítios dos Anjos, de Andaluz, de S. José, de Santa Marta, da Esperança, de S. Paulo, de Santa Catarina. Ela não alterara por isso a sua estrutura antiga, como vimos, ao longo dos dois últimos séculos: no mesmo sistema «parcelar», os mesmos prédios se iam restaurando ou reconstruindo,

nas mãos dos seus proprietários, novecentos dos quais eram foreiros do Senado em 1717.

A planta que o engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, levantou por ordem régia, entre 1713 e 18, «com toda a individuação de praças, palácios, templos, mosteiros, freguesias, ermidas, ruas e travessas», desaparecida, mas de que chegaram cópias até nós, mostra-nos Lisboa em pleno reinado joanino — e é essa cidade que importa agora descrever, nas suas linhas de força.

No largo vale da Baixa, limitado a sul pelo Tejo e pelo Terreiro do Paço, de configuração irregular, a norte pelas hortas de Valverde e pelo Rossio, irregular também, a nascente pela colina do Castelo e a poente pela que se estende de S. Francisco ao Carmo, um grande L, descendo do Rossio enviezadamente e dobrando a noventa graus para poente, comanda a malha urbana enredada do conjunto.

Constituem a haste maior as ruas dos Escudeiros, dos Douradores, (alargada em 1716) e dos Ourives do Ouro, e a haste menor a famosa rua Nova dos Ferros que termina no largo do Pelourinho onde morre também a rua dos Ourives da Prata, vinda da Madalena. A primeira haste do L, a princípio da rua dos Escudeiros, bifurca-se na rua dos Odreiros que parte igualmente da face sul do Rossio. Ali têm ainda começo a rua do Lagar do Cebo e a longa praça da Palha; a primeira desce irregularmente, pelas ruas das Mudas e dos Carapuceiros, até à rua transversal dos Mercadores, a segunda, continuada pela rua das Arcas, vai ter ao largo da igreja de S. Nicolau onde desembocará também a rua da Cutelaria, que vem do largo da igreja de Santa Justa e, mais atrás, da rua do

Poço do Borratém, numa espécie de V cujo vértice se marca na primeira igreja, importante na rede confusa da Baixa.

Outra igreja de importância é a de S. Julião, de onde parte para a igreja da Conceição dos Freires a rua dos Mercadores, no sentido poente-nascente, que é o sentido da rua Nova, mais abaixo, e da rua da Confeitaria, ambas estas paralelas à face norte e oblíqua do Terreiro do Paço, que à última se liga, indirectamente embora, pelos arcos dos Pregos e dos Barretes, que ainda são portas da cerca fernandina.

Ainda no sentido norte-sul, sai do Rossio a rua dos Espingardeiros, paralela à dos Odreiros, e do ângulo sudoeste da praça parte a Rua do Carmo que, pelas escadinhas do Caracol do Carmo vai à calçada de Paio de Novais que entronca na rua Nova do Almada no ponto de intercepção da rua das Portas de Santa Catarina. A norte desta (que, continuando pelo Calhariz e Paulistas, vai a S. Bento) é o bairro do Carmo e da Trindade, a sul o bairro de S. Francisco por detrás do qual (e do palácio dos duques de Bragança) se desce aos Remolares, à beira do rio. Daqui, depois de alguns desvios, sobem rente às muralhas, as ruas do Conde e a larga de S. Roque, deixando a poente o bairro das Chagas e o bairro Alto, e propondo, para norte, o caminho que, pela Cotovia, leva ao Rato — de onde, em vasta encruzilhada, realmente uma placa distribuidora de trânsito, e agora já com diminuta densidade de casario, se passa a S. Bento, a Santa Isabel, a Campolide, a S. João de Bem-Casados, ou se desce, pela rua do Salitre, a Valverde. Ao longo deste, a caminho de S. Sebastião da Pedreira e a partir das Portas de Santo Antão, para norte,

correm as ruas das Portas, de S. José, de Santa Marta e de S. Sebastião. Ainda do ângulo nordeste do Rossio se passa, pela calçada, ao Campo de Sant'Ana de onde sai a carreira de cavalos, adiante da qual a Cruz do Taboado é ainda sítio quase inteiramente rústico; ou se passa, por detrás de S. Domingos e pela Saúde, à rua da Palma, deixando a poente os altos de Sant'Antão e do Desterro, a caminho de Santa Bárbara e de Arroios. Assim, S. Sebastião da Pedreira e Arroios são verdadeiros extremos da cidade alargada, de onde se ganham os arrabaldes rurais.

Em volta do monte do Castelo, pelo contrário, multiplicam-se também as ruas vermiculares e só a Sé, a Graça e S. Vicente impõem presenças fortes que são roturas e ao mesmo tempo focos de atracção urbana. Da Graça, pelos Quatro Caminhos, na direcção da Senhora do Monte e da Penha de França, esboça-se já uma linha de urbanização; outra, dos Quatro Caminhos desce para Santa Apolónia. A oeste da cidade, do sítio da Boa-Morte vai uma urbanização para as Necessidades — e, ao longo de toda a margem do Tejo, de Santos-o-Novo até Alcântara, é uma mancha ininterrupta de casario, em maior ou menor densidade.

Porque o rio é, desde a Idade Média (ou desde sempre) a via real da cidade, a sua possibilidade maior de comunicação.

Manchas maiores ou menores, lineares ou enoveladas em bairros mais antigos, elas fazem de Lisboa joanina, com as suas calçadas em ruína (1746), mau-grado o fausto da corte do rei «Fidelíssimo» e a sua riqueza decorativa (e mesmo contando as suas duas praças, nobre uma, popular a outra), o que um famoso

viajante francês (L. S. Mercier) achou ser uma «cidade de África». E o Cavaleiro de Oliveira, exilado, nada mais que uma «fermosa estrivaria»...

Grande parte desta cidade desapareceu cerca das 10 horas da manhã do dia 1 de Novembro de 1755, abalada por um terramoto de raríssima intensidade (graus VIII e X sobre XII da escala de Mercalli) e magnitude (grau 9, o máximo na escala de Richter), cujo epicentro é localizável a oeste de Gibraltar e que foi sentido por toda a Europa, a África do Norte e até nas Américas. Ao sismo, e por ele provocado, sucedeu um vasto incêndio, mais catastrófico ainda, e do duplo cataclismo resultaram cerca de 10 000 mortos (embora na altura os cálculos apavorados tivessem subido até 90 000) e perdas materiais incalculáveis, em prédios e riquezas móveis e preciosas.

Um informador da época, relativamente fidedigno, calculou que dez por cento das 20 000 casas da cidade ficaram destruídas e mais dois terços delas inabitáveis. Dos 72 conventos e recolhimentos só 12 podiam servir sem perigo maior, após a catástrofe, à qual nenhum dos seis hospitais escapou e que destruiu ainda 33 palácios das maiores famílias da corte — além do complexo do Paço real, completamente perdido no incêndio.

A parte da cidade mais sacrificada era também a mais densamente habitada, na baixa central, na encosta ocidental do Castelo e na zona oriental do bairro Alto, o terço da sua área total, louvando-se a Deus que o sismo não tivesse sido mais tardio, na hora em que as igrejas no dia de Todos os Santos estariam cheias de fiéis sem salvação possível.

O pânico imenso que tomou os lisboetas e os fazia fugir em atropelo, ou buscar entre mortos e feridos, parentes e desaparecidos, e tentar salvar bens, suscitou uma desordem que ainda mais castigava as vítimas que todos eram, e que se acrescentava em assaltos e pilhagens. «Enterrar os mortos e cuidar dos vivos» era dever imperioso dos responsáveis pelo governo do País — mas, entre os seus colegas em fuga e na ausência do rei que, fora da sua capital, a ela temia regressar, só um ministro o soube cumprir, providenciando friamente o que as circunstâncias impunham. Foi este Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal.

Tratava-se de impedir o desvario das fugas e de sustentar a desordem, de acudir aos padecentes e de alimentar uma população subitamente desprovida de tudo. E também de a alojar, para além de soluções precárias que cada qual ia procurando. Assim, a ideia da reconstrução da cidade rapidamente se formulou e logo o duque de Lafões, regedor das Justiças, recebeu de Pombal instruções precisas para encarregar o engenheiro-mor do Reino, o velho general Manuel da Maia, de estudar a empresa.

E logo também, um mês depois do dia catastrófico, este apresentou a primeira parte de um longo memorial acrescentado em Fevereiro e Março de 1756,

analisando o problema e propondo soluções sucessivas, conforme a política adoptável.

Cinco hipóteses apresentou Manuel da Maia, autorizadas pela sua vasta prática de engenheiro militar e todas visando a recuperar a cidade perdida, para a sua função de capital. Havia então que escolher: ou reconstruir Lisboa tal como ela existia na véspera do terramoto, ou corrigir os planos antigos com alargamento das mesmas ruas, ou, insistindo neste caso, também com diminuição da altura dos prédios, ou reedificar com planos inteiramente novos a parte central da cidade — ou, finalmente (e de preferência) abandonar as ruínas ao seu destino e construir uma nova cidade a poente da antiga, ao longo do rio, cerca de Belém, em zona menos sacrificada pelo terramoto.

Manuel da Maia preferia esta solução radical, auto-criticando as quatro outras; mas, ficar a cidade onde estava ou transportá-la para diante devia ser opção superior e que podia depender da escolha do local para a edificação do novo palácio real, em Belém ou em S. João de Bem-Casados. O rei, e sobretudo Pombal, escolheram este último sítio — e a reconstrução de Lisboa foi decidida no seu antigo terreno, mas conforme a quarta proposta.

Esta solução implicava arrasar as ruínas existentes e preparar o terreno, entulhando-o, com aumento de nível e, sobretudo, ajustar os valores das propriedades entre os seus anteriores donos, de modo a que as modificações radicais da planta da cidade fossem servidas pela equivalência prévia do «parcelar», dos terrenos a construir de novo, obtida mediante escambos, cedências e vendas. Processo difícil e delicado, pelos interesses em jogo, só uma legislação

draconiana o podia garantir — e foi o alvará de 12 de Maio de 1758, documento de extrema importância na definição de uma nova mentalidade urbana, ao nível das regras estabelecidas para assumir o urbanismo que era imposto, no plano finalmente aprovado. Esse diploma foi precedido por decretos que ordenaram o tombo das casas destruídas, logo em 29 de Novembro de 1755, ou que delimitaram a área da cidade (fixada em 670 ha em 3 de Dezembro de 1755) e proibiam construir fora dela, ou de modo diferente do estipulado, com imediata demolição das casas assim edificadas (decreto de 31 de Dezembro de 1755).

O plano aprovado correspondia à solução preferida e, por seu lado, foi escolhido entre seis que propunham traçados diferentes, conforme os seus autores individuais (Eugénio dos Santos, Gualter da Fonseca ou E. S. Poppe) ou em equipa (os mesmos com colaboradores), e que manifestavam graus evolutivos numa geometrização procurada. O autor da planta da cidade que mereceu a preferência de Pombal, juiz último na questão, foi o capitão de engenharia Eugénio dos Santos; após a sua morte (1760), o maior Carlos Mardel, que já conhecemos na sua obra joanina, colaborou no traçado que finalmente a ambos ficou atribuído.

Se uma primeira série de três plantas implicava a localização das igrejas da Baixa nos seus sítios tradicionais, a segunda série não tinha tal obrigação, e a proposta de Eugénio dos Santos fazia parte dela. Assim o seu projecto agiu em inteira liberdade programática, apenas guiado por um princípio racionalista que radicalmente inovava, não na teoria do urbanismo ocidental desde o Renascimento, mas na

sua prática — que reduzia a termos reais uma visão até então utópica.

O traçado de Eugénio dos Santos, encarnando uma das hipóteses avançadas por Manuel da Maia, a escolha pombalina e a legislação que a apoiou, possibilitando a sua execução em imediatos termos de praxis económica, evitando todo e qualquer desvio e fazendo finalmente executar o projecto aprovado, com definição de pormenores da empresa (decreto de 12 de Junho de 1756) — constituem um todo de que sairá a realidade da cidade nova, capital propositada do país pombalino que em todos os domínios, económicos, sociais, culturais e políticos, se reformava e instituía. E, pela primeira vez, ao longo de seis séculos cristãos de existência, Lisboa foi pensada, programada e edificada.

A planta de Eugénio dos Santos cobre a parte central da cidade na sua baixa entre as colinas do Castelo e de S. Francisco, mas sobe também por esta, cumprindo soluções idênticas, embora de modo menos rigoroso, conforme o terreno pedia e permitia — tal como numa outra zona, ribeirinha, estendida para poente, até S. Paulo, se verificava.

A sua parte principal define-se entre o Terreiro do Paço e o Rossio, regularizando as duas praças tradicionais e criando, de uma para outra, uma rede de ruas longitudinais e transversais, cortando-se em ângulos rectos, com importância variada que é expressa pela largura dos seus leitos, passeios (e esgotos), inovação nos hábitos urbanos. Do terreiro ribeirinho partem três ruas «nobres»: Áurea, Augusta e Bela da Rainha (da Prata), das quais as duas primeiras desembocam no Rossio e a outra contra a fachada lateral do velho Hospital Real que daria sobre o Rossio

mas que, não sendo reconstruído (passou ao Convento de Sant'Antão-S. José), abriu espaço para uma praça paralela a este, onde se instalou, primeiro provisória e depois definitivamente, um mercado (Praça da Figueira). Ainda duas ruas paralelas a estas, Nova da Princesa (dos Fanqueiros) e da Madalena, têm igual comprimento, enquanto outras três, na mesma direcção, se entremeiam, a partir da terceira das três grandes vias transversais a contar do Terreiro do Paço — a primeira das quais é a Rua Nova d'El-Rei (do Comércio) que adoptou, corrigindo-a geometricamente no alinhamento, a direcção da velha e famosa Rua Nova dos Ferros. Entre todas estas ruas definem-se também quarteirões longitudinais e transversais, num ritmo dinâmico que vitaliza a malha urbana, salvando-a da monotonia aparente. Todo o génio do traçado de Eugénio dos Santos (e a ele só devido) reside neste acerto complexo, que as duas grandes praças verificam e coroam.

O Rossio é obra de Carlos Mardel, mas o Terreiro do Paço (baptizado Praça do Comércio, numa intenção política que obedece à opção ideológica do Iluminismo pombalino) é projecto de Eugénio dos Santos que nesse admirável palco aberto ao Tejo nobilita todo o plano da Reconstrução. As suas arcarias regulares, o arco de triunfo que dá acesso à cidade (só terminado, com outro desenho, cem anos mais tarde), a estátua equestre do rei D. José, por Machado de Castro (1775), primeiro monumento significativo que Lisboa teve, formulam uma «Place Royale» de gosto internacional que o nome imposto contraria, sociologicamente. E ao qual os torreões terminais trazem a lembrança do

gosto espanhol de Terzi, ali mesmo afirmado, século e meio atrás.

À planta da cidade central há que adicionar outras duas: tratava-se de estender a cidade para poente e para nascente em duas vastas zonas, respectivamente expressas por um triângulo alongado, entre o Rossio, S. Sebastião da Pedreira e o Alto do Carvalhão, e por outro triângulo mais irregular, definido entre Arroios, Graça e Santos-o-Novo. O primeiro projecto (de Santos, Mardel, Poppe e Andreas) foi cuidadosamente estudado logo em Abril de 1755 e chegou a ter um princípio de balizagem no terreno, mas quer de um quer de outro, não se ouviu mais falar, utópicos como eram, no quadro das necessidades imediatas da nova Lisboa, ao cobrirem zonas minimamente caseadas.

Na realidade da cidade, outros focos de urbanização se processavam, fora da área coberta pelo plano-piloto de Eugénio dos Santos, e obedecendo ao mesmo espírito, embora mais modestamente. É o caso do bairro da Cotovia, onde uma «Companhia Reedificadora» actuou, das Amoreiras, animado pela unidade fabril ali instalada por Pombal, de S. Bento, onde os próprios frades urbanizaram terrenos seus, da colina de Buenos Aires, que esteve em moda, de S. Mamede, da zona perto da Sé, do sítio dos Caetanos, onde Pombal tinha solar, da Praça da Alegria, no limite novo da cidade, para Norte.

A estes empreendimentos há que juntar também, em 1760, um plano geral de melhoramentos do porto de Lisboa, de Mardel, definido do cais de Santarém a Pedrouços, na sequência de projectos joaninos, e acudindo também aqui à ruína do terramoto.

A terceira parte do memorial de Manuel da Maia era acompanhada por desenhos de fachadas como modelos a seguir na reconstrução. Era também seu autor Eugénio dos Santos. O princípio da relativa uniformidade de padrões ali ficava expresso, mesmo que outros desenhos do mesmo arquitecto fossem finalmente aprovados. Dentro do mesmo espírito, estes admitiam já quatro andares (o último de águas-furtadas), por razões de rentabilidade que se sobrepuseram a terrores nascidos do terramoto, que levavam a pedir prédios de dois pisos, por razões de segurança.

Em princípio da mesma altura, o «prédio pombalino» de Eugénio dos Santos sofre, no entanto, variantes no tratamento das fachadas, hierarquizadas conforme as ruas mais ou menos importantes (e por isso mais ou menos largas) a que se destinavam, e assim é possível estabelecer uma tipologia de três espécies distintas (já designadas por A, B e C), sobretudo consoante o talhe das cantarias dos vãos, mais ou menos recortadas.

Estas diferenças multiplicam-se, ainda, em tipos combinados, em outras zonas da cidade nova, mas sempre dentro de esquemas definidos pelo princípio duma sistematização de padrões — que se traduz também nos interiores repetitivos dos prédios. Na Baixa, a diversificação dos alçados mal aparece ao observador desprevenido: daí a monotonia das ruas. Porém, se só no segundo quartel do século XX ela foi disfarçada pela decoração comercial das lojas, nas vias principais, na verdade estava já resolvida em termos estruturais do traçado urbanístico, desde o início do projecto de Eugénio dos Santos, pela proporção dos

quarteirões e pela sua posição relativa, como vimos. A arquitectura subordina-se, assim, ao urbanismo, como deve ser numa cidade moderna, pautada por princípios racionais de utência prática e simbólica.

O desenho padrão de Eugénio dos Santos, económico e forte, mas sem belezas, devia servir uma cidade «entregue a comerciantes»; isso foi criticado na altura, mas disso se tirou um significado positivo em que a própria política «burguesa» de Pombal assentava. Os prédios de rendimento, com as suas lojas e oficinas, foram distribuídos pelos novos arruamentos marcados por exercício profissional (dos ourives do ouro ou da prata, dos sapateiros, dos correeiros, dos douradores, dos capelistas, dos fanqueiros) conforme vimos acontecer já na Idade Média, numa ligação corporativa tradicional, em que a corte não intervinha. Esta, através dos seus órgãos governamentais e judiciais, ocupava a Praça do Comércio, onde o rei tinha aposentos de ocasião — e que os organismos económicos, Bolsa e Alfândega, ocupavam também. À sua monumentalidade respondia o arranjo do Rossio, local de habitação mais cuidada, sob projecto de Carlos Mardel que rompe a monotonia dos prédios das ruas intermédias com um desenho mais subtil e, sobretudo, com um sistema de telhados de águas sobrepostas, de origem germânica, que se opõe ao sistema tradicional português utilizado por Eugénio dos Santos no resto da Baixa.

E será entre os dois desenhos, de Santos e de Mardel, que se deverá procurar o modelo estilístico do «prédio pombalino» tal como passou à história da arquitectura portuguesa: imóvel de lojas, de portas alternadas, mais largas e mais estreitas, primeiro andar

de janelas «rasgadas» (ou de sacada), segundo e terceiro de janelas «de peitoril» (ou de peito), quarto piso de águas-furtadas na prumada dos outros vãos e inserida na primeira das duas águas mardelianas, cantarias rodeando os vãos e em pilastra nos cunhais ou nas separações dos prédios, o resto da fachada em reboco ocre amarelo («jalde»); no interior, escadas estreitas a partir dum átrio estrito, divisões articuladas mutuamente, sem corredor, sem fogões de aquecimento nem retretes, e com lambris de azulejo pobre, não figurativo, da fábrica pombalina do Rato.

Tirar daqui um «estilo» artístico será ousado, mas não pode duvidar-se também de que a coerência morfológica e sintáctica destas construções representa um valor que importa inserir no discurso estético nacional, procurando-lhe raízes e oposições. Raízes maneiristas do século XVII, com certeza, bem entranhadas na arquitectura portuguesa após o domínio espanhol (e herrereano), e, no seu proto-neoclassicismo, oposição do gosto barroco joanino imediatamente anterior — e ainda perdurando nas edificações nobres, sacras e profanas.

As igrejas e os palácios constituíram objecto da preocupação de Manuel da Maia, no seu programa, e se estes tiveram uma solução abstracta, apenas referida aos portais nobilitantes, à romana, e rara e só tardiamente levada à prática por uma nobreza arruinada, aquelas beneficiaram de tratamentos individualizados conforme as disponibilidades e dinamismo das paróquias e confrarias, e a qualidade dos architectos que receberam o seu encargo. Um esquema serliano que, como vimos, tivera preferência lisboeta, foi em certa medida adoptado nas igrejas

menos atingidas (Santo Estêvão, N. S.^a da Penha), enquanto as reconstruções de raiz se modernizaram conforme um gosto romano actualizado, patente também nos interiores sem talha, numa evolução para o neoclássico (Mártires, Mercês, Sant'António da Sé — de Reinaldo Manuel, Joaquim de Oliveira e Mateus Vicente). Inseridas na malha urbana regularizadora das ruas, as novas igrejas oferecem, a estas, um enriquecimento de sinais plásticos que discretamente as anima. Fora desse esquema, a Patriarcal, edificada em 1756 (e ardida em 1769) por um filho de Ludovice, edifício meio improvisado sobre os alicerces do palácio Tarouca, à Cotovia, não teve o significado que deve ser pedido à igreja da Memória, iniciada em 1760 sob planos de G. C. Bibiena (e depois de Mateus Vicente), que, isolada da rede da cidade, poderá ser considerada como impossível paradigma estilístico da arquitectura sacra pombalina, prejudicada pela sujeição urbanística.

Um arquitecto bolonhês, chamado para construir o teatro de ópera de D. José, pouco antes do terramoto, foi o autor deste monumento classicizante — tal como o seu continuador, formado na obra joanina de Mafra, seria o autor da Basílica da Estrela que, iniciada após a queda de Pombal, em 1779 (e terminada por Reynaldo Manuel em 89), coroaria a sua obra sacra, com significativa involução de gosto barroco.

A cidade pombalina, tão coerentemente programada, teve o seu paradoxo no domínio mais livre das construções sacras — mas não deixou de, em certa medida, o resolver com a realização de um outro templo, este dedicado às artes, logo a seguir à sagração da basílica: o teatro da Ópera de S. Carlos, erguido em 1790 por um jovem arquitecto já não de criação

pombalina e antes formado em Bolonha, J. da Costa e Silva. O neo-classicismo típico do teatro, edificado a expensas da classe burguesa que Pombal valorizara e sobrevivera à «viradeira» de D. Maria I, com o seu poder confirmado, vem finalmente dar razão ao discurso estético da Reconstrução, sublinhando-lhe o seu carácter modernizante.

Carácter que se manifestou de outro modo, numa realização da maior importância urbana: o «Passeio Público», alameda ajardinada e murada, à saída da cidade, primeiro logradouro burguês convidando a novos hábitos de merecido ócio, estabelecido, em 1764, em certa medida, contra o Rossio popular, com apertadas regras de utência. Numa cidade ainda traumatizada pela catástrofe que a vitimara, e onde a classe média não tinha o costume de esparecer, e ainda menos no seu elemento feminino, sempre recolhido em casa, o «Passeio» não pôde, porém, vingar — o que só veremos acontecer daí a três gerações...

Foi Reinaldo Manuel o arquitecto do «Passeio Público» como director das obras de Lisboa, em sucessão de Mardel (não contígua, ao que parece), falecido em 1763, que já sucedera a Eugénio dos Santos que o excesso de trabalho matara em 1760: a ele sucederá Manuel Caetano, em 1789, último dos arquitectos pombalinos a dirigir a Casa do Risco das Reais Obras Públicas, o organismo oficial criado logo a seguir à catástrofe para os devidos fins da reconstrução de Lisboa. Manuel da Maia falecera nonagenário em 1768 — e o programa pombalino contou com eles todos, numa unidade de propósitos que os gostos pessoais de cada um, suficientes ou insuficientes, não prejudicavam.

Movidas pelos arquitectos da Casa do Risco, as obras prosseguiam ao ritmo possível, que era extraordinariamente acelerado. Um donativo de 4 % sobre as mercadorias importadas, da parte da Junta do Comércio, destinado à reconstrução das alfândegas e da bolsa dos comerciantes, na Praça Nova, permitia o seu avanço — por outro lado animado pelos capitais burgueses que se empregavam na edificação dos prédios de rendimento a que a nobreza arruinada não podia acorrer. Em breve, as novas casas ficavam por alugar, o que, em queixas recolhidas na época, nos mostra o progresso real das obras — apesar dos atrasos de muitos proprietários que Pombal ameaçava expropriar, em «avisos» sucessivos.

Este progresso foi tornado possível por um desenvolvimento técnico sistematizado em termos de prefabricação: vigamentos, cantarias, ferragens, carpintarias, tudo chegava a cada obra manufacturado fora, em oficinas especializadas, pronto a ser aplicado, ou quase, conforme as possibilidades do tempo. Assim se caminhava mais rapidamente e mais economicamente — e mais seguramente também, já que um processo especial de estrutura de madeira, algo elástica, a «gaiola», foi então inventado para assegurar a resistência dos prédios aos abalos sísmicos sempre receados.

Definidos o programa, os planos e a legislação apropriada, obtidos os capitais, disciplinada a mão-de-obra, garantidos os quadros técnicos, o marquês de Pombal podia ainda contar com a obediência do Senado da Câmara da capital, presidido sucessivamente por um irmão seu e pelo próprio herdeiro. Quando, em 1775, mandou inaugurar a estátua equestre do seu

bem acomodado rei, o governante, «déspota iluminado», podia fazer, como fez, um balanço positivo desta empresa que, para ele, significava a vitória duma política de resultados muito irregulares e discutíveis em outros planos de acção. Uma política simbolizada na ordem urbana que fizera reinar e que na capital nova assumia o seu mais perfeito programa mental.

A cidade que, daí a dois anos, caído em desgraça à morte do seu rei, Pombal deixava mais de metade (ou só um terço, na vaga opinião dos contemporâneos) reedificada, constitui uma das obras maiores da cultura nacional — e um caso de extrema importância, embora por diversos motivos mal conhecido, no quadro do urbanismo europeu, entre os projectos utópicos do Renascimento e realizações parciais, aquém do imenso estaleiro duma urbe de um quarto de milhão de habitantes. Na própria história da cidade, a empresa pombalina, na sua brutal operação cirúrgica, marca uma etapa fundamental, separando duas Lisboas — a medieval e barroca e a moderna, que o século XIX desenvolverá.

A Basílica da Estrela e a Ópera de S. Carlos vieram enriquecer a cidade após a queda de Pombal — mas com esta queda Lisboa sofreu, por outro lado, a paralisação das suas obras oficiais, decisão do novo presidente do Erário de D. Maria I, o marquês de Angeja, alarmado com o estado do tesouro, e pronto a deixar aproveitar para a construção da régia basílica o imposto que o comércio destinava à cidade nova. Também com a «ressurreição dos mortos» da classe nobre que Pombal abatera a Reconstrução mudou de sentido, no seu aspecto mais imediato que foi o da edificação de palácios da aristocracia tradicional — mas também já daquela que, por via capitalista de origem pombalina, se lhe igualava. Por um lado os Lafões, os Angejas, os Pombeiros, os Castelo-Melhores, os Valadares, por outro já os Quintela-Farrobos, os Cruz-Sobrais, os Bandeira-Porto Covos, e ainda o «Sola» e o «Manteigueiro» construíam casas nobres e de luxo que se erguiam algo fantasmagoricamente entre as ruínas de outras, na cidade em obras — que se iluminava a azeite de 1780 a 92 e depois, definitivamente, a partir de 1803, por decreto de 10 de Dezembro.

Só o palácio real não tinha realização possível, abandonada a ideia de o construir em S. João dos Bem-Casados e contentada a corte com um palácio ou «Barraca» de madeira (de G. C. Bibiena), no alto da Ajuda, edifício precário que só a sumptuosidade das tapeçarias desculpava — e que ardeu em 1796, obrigando então a pôr com urgência o problema da construção dum paço digno da realeza e da própria cidade que crescia distante dela.

O arquitecto real, Manuel Caetano, recebeu o encargo do projecto, em breve começado a executar. O gosto régio, já manifestado na Basílica da Estrela, pendia tradicionalmente para o barroco e nesse estilo estava traçado o palácio — quando, em 1802, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja cultura se formara em contacto com artes em evolução em Itália, fez analisar o projecto por um jovem arquitecto de Bolonha (F. S. Fabri) e outro que ali estudara, J. Costa e Silva, já autor do S. Carlos. Dessa crítica desapiedada resultou ofensa para o arquitecto real, e sua morte de desgosto, passando a obra para cargo dos dois críticos, que lhe alteraram a traça para o novo gosto neoclássico, inspirando-se, em certa medida, no famoso palácio de Caserta, em Nápoles, de Vanvitelli.

Foi este o primeiro acto estético do novo século, e a sua relação com o próprio estilo pombalino não pode deixar de ser sublinhada, vendo-se no Paço da Ajuda a definitiva instauração das propostas da Reconstrução, naquilo que elas tinham de mais significativo, através dos desenhos de Eugénio dos Santos.

Paralisadas as obras públicas e depois recomeçadas, as privadas seguiam o ritmo possível dentro dos esquemas impostos e que uma Inspecção Geral do

Plano para a Reedificação da Cidade controlava até, provavelmente, 1807, vigiando o cumprimento da tipologia estabelecida que só tinha liberdade fora dos núcleos programados. Que os progressos fossem lentos, como testemunhavam viajantes estrangeiros desde finais de 80 e até inícios do século, não é de surpreender, dada a conjuntura política e económica, que as próprias ameaças da situação internacional afligiam.

Também, por outro lado, a população de Lisboa se mantinha abaixo do nível atingido nas vésperas do terramoto: o recenseamento de 1801 indica 237 mil habitantes, mas em 1820 aparecem 210 mil e em 1845 182 mil, sempre com discutível exactidão que permite um cálculo médio razoável abaixo dos 200 mil habitantes, como aliás acontecerá ainda no censo, mais fidedigno, de 1878 que indica 187 mil.

A área ocupada pela cidade, que, logo em Dezembro de 1755, Pombal fixara empiricamente, para evitar construções dispersas, foi alargada de cerca de 40 % em finais do século XVIII ou princípios de Oitocentos (por diploma que se ignora), com fins administrativos e de fiscalização do imposto de consumo. Continuava então a incluir 40 freguesias (a que em 1833 se juntou a de Belém, desligada da Ajuda), num total de 947 hectares. A linha das barreiras fiscais tinha vinte e quatro portas em 1839, num perímetro irregular que ia de Santa Apolónia, a Nascente, até à Ponte de Alcântara, a Poente, e a maior superfície coberta definia-se sobretudo para Norte.

Não traduzia essa considerável ampliação de terrenos uma urbanização mais intensa: a planta de D. J. Fava (levantada em 1807, desenhada em 26 e

litografada em 31) mostra assaz pormenorizadamente a mancha urbanizada, mais densa a da Baixa definida por Pombal, mais dispersa a dos sítios que já no tempo de D. João V eram habitados e arruados.

Se compararmos esta planta com outra, desenhada cerca de 1780 (publicada, num conjunto, por Vieira da Silva, em 1950), com indicação de casario «que se conserva antigo», isto é, que o Terramoto não atingira em cheio, e das novas urbanizações, verificamos que aquele pouco progrediu e que estas foram obedecidas mas não inteiramente preenchidas. Tirando a Baixa e zonas limítrofes, que o estavam sendo ou haviam de ser em breve, nas Amoreiras, na Lapa-Buenos Aires, na Cotovia, ou entre S. Bento e a Estrela, a edificação era rala, ou mesmo inexistente, como no caso da Quinta do Possolo, ligada à Lapa, e ainda não ocupada. Quanto às zonas anteriores da cidade, constatamos a continuidade de certos arruamentos já definidos, com multiplicação das casas, ao longo deles. Casas mais modestas que continuavam ainda hábitos populares de tradição ou iam modificando, senão degradando, a imagem pombalina — como acontecerá no prédio do Ginô, em Campolide, datado de 1823, por isso mesmo significativo das construções possíveis dos princípios do século. Pinturas de costumes, com vistas dos locais (raras e sempre de estrangeiros: Noël, Delerive, Pillement, Doumet) mostram-nos o seu aspecto. Estes os prédios que iam sucedendo-se na zona de Campo de Ourique, a partir de Santa Isabel, pela Rua Nova de S. Luís, então construída, ou pela Rua de S. João dos Bem-Casados, na sua continuidade, e ainda na Rua de Entremuros, a caminho de Campolide, ou na do Vale de Santo António, descendo dos Quatro Caminhos

para Santa Engrácia — conforme as manchas da planta estudada.

Estes ligeiros desenvolvimentos urbanos, sem originalidade própria, verificam-se igualmente numa planta de 1812, traçada por um oficial de Beresford e sucessivamente reproduzida em 1834, 37, 41 e 53, sinal de que ela era considerada ainda válida quarenta anos depois do seu levantamento. Mesmo que admitamos neste procedimento uma simples prática comercial, ela não poderia ultrapassar certa margem de informação. A análise destes dados prova então que, de modo geral, ao longo da primeira metade de Oitocentos foi mínimo o crescimento da cidade.

De qualquer modo, o primeiro *Itinerário Lisbonense*, publicado anonimamente em 1804, à semelhança do que já então se fazia em «todas as cidades capitais de países civilizados da Europa», completando o processo de indicar nas esquinas os nomes dos locais, realização de 1801-02, registava 636 ruas, travessas e calçadas, 58 largos e praças — mas também 5 campos, chãos e terreiros e 20 estradas, caminhos, azinhagas e carreiras (nomenclatura que denunciava uma imagem rústica ainda perdurante, entre quintas e hortas de sementeira) e igualmente 119 becos, muitos deles restos de uma rede viária antiga.

Vários factos contribuíram para que assim acontecesse, durante a primeira parte de Oitocentos: as invasões dos exércitos de Napoleão, a ocupação inglesa, a tensão política dos anos 20, a guerra civil na década seguinte, desacertos de regime e dificuldades institucionais até à Regeneração e ao Fontismo, nos anos 50.

Embora sem trazer desenvolvimento à cidade martirizada pela guerra, o regime liberal instaurado em 1834, por todo o país e na sua capital principalmente, pelo seu princípio centralizador, impôs grandes transformações, que modificaram a imagem de Lisboa. Com efeito, a extinção das ordens religiosas alterou fundamentalmente a fisionomia dos sítios que dos seus conventos em grande parte dependiam. Os sessenta e cinco conventos de frades existentes então em Lisboa, de Chelas a Belém, ficaram desabitados e receberam utilizações profanas, civis ou militares, com novas relações com os bairros em que tradicionalmente se inseriam. Tornados hospitais, asilos, tribunais, hospícios, colégios, bibliotecas, academias, quartéis, e até adaptado um a Parlamento, os edifícios sofreram grandes e prejudiciais transformações ao mesmo tempo que evitavam maiores despesas de equipamento imóvel ao Estado em modernização. Outras casas professas, vendidas em hasta pública, tiveram uma ocupação residencial popular, sofrida também por alguns palácios (como já acontecera após o Terramoto), e também isso, ao mesmo tempo que refreava a construção civil, contribuía para a depredação da vida da cidade meio deixada ao abandono, entre ruínas que perduravam, e penetrada por práticas rústicas (animais domésticos em liberdade, matanças de porco, oficinas no meio das ruas) que contrariavam o teor urbano desejável.

Em 1834, um vereador liberal, Joaquim Bonifácio, ao mesmo tempo que melhorava a Praça da Figueira, e fazia iluminar melhor as ruas, a azeite, fez desaparecer casebres e telheiros, ainda vestígios do terramoto e, dois anos depois, um edital obrigava os proprietários

morosos a construírem nos seus terrenos, sob pena destes serem vendidos em hasta pública. Se o torreão poente da Praça do Comércio só depois de 1840 se concluiu, só em 1845 o Rossio ficou terminado, após crises de capital mais atento a especulações de bens nacionais, ou ferido pelas desvalorizações da moeda em 1835, e desconfiado com a política setembrista. Se os anos 40 do cabralismo deram alento ao capital que chegou a criar uma frustrada Companhia das Obras Públicas de Portugal em 1844 (animada pelo próprio irmão de Costa Cabral), o «sossego dos capitalistas» (Camilo) só viria com a Regeneração, para benefício de Lisboa.

Mas os anos 40 deram à cidade o seu principal monumento moderno: o teatro D. Maria II, dum arquitecto italiano, F. Lodi, que não teve (mesmo que a evitasse) concorrência válida nacional. O seu gosto neoclássico, em 1843-46, responde ao da Ópera, já academizado em modelos internacionais, mas com isso põe um ponto final civilizado no Rossio de Mardel — que logo depois (1849) será calcetado num desenho ondulado de basalto e calcáreo, de excelente efeito decorativo com curiosa função de animação espacial, graças ao general Pinheiro Furtado.

Este sentido da decoração beneficiou também o «Passeio Público» pombalino, subitamente trazido à vida social pelo rei-consorte D. Fernando de Coburgo que o lançou em moda, depois de obras (do arquitecto municipal Malaquias F. Leal) que o modernizaram com cascatas, lagos, repuxos, cortinas gradeadas, coreto. Em 1856 Leonel Marques Pereira fixou-lhe a imagem numa das raríssimas pinturas documentais de costumes na arte portuguesa. Efeito do romantismo liberal que

propunha novos hábitos mundanos, os jardins conheceram êxito então, e o «Passeio» teve concorrência de S. Pedro de Alcântara, de ares mais lavados, embora prejudicado pela vizinhança malfamada do Bairro Alto que se degradara na população. Nos anos 50 seriam plantados o Jardim da Estrela, a que Castilho elogiara o gosto mais rústico, à inglesa, e, depois (1859-63), o do Príncipe Real, centrando um foco de urbanização aristocrática, à Cotovia. Assim vingara a ideia de Pombal, que ainda no início do século, em outro quadro social, suscitara obras no Campo Grande (já logradouro público em 1520), com um projecto de «Bois ou de Hyde Park» sem maiores consequências.

Mas começaram também então, numa nova campanha, a melhorar-se palácios (Palmela, ao Rato e ao Calhariz, Castelo Melhor, ao Passeio Público, Ribeira Grande, à Junqueira, Quintela-Farrobo, ao Chiado), datando também daí a adaptação do convento do Espírito-Santo a palácio do «Manuel dos Contos», o riquíssimo barão «brasileiro» de Barcelinhos que ficou com a maior casa nobre de Lisboa — sinal do poder dum «nagrus baronius», da raça que Garrett desfeiteava na sua crítica sociológica à nova sociedade cabralista. A qual se pavoneava na rua que tomara o seu nome, o Chiado centro da capital, a que a sua imagem cultural se reduzia — entre a Ópera e um café de escritores, «dilettanti» e políticos, o «Marrare»...

Os anos 50 do Fontismo, que o gás já iluminava (e abrilhantava), instalado nas ruas e nas casas, deram a esta sociedade o equilíbrio dinâmico desejado, mas sempre em termos de negócio financeiro e não industrial, mais traduzível em palacetes e prédios de

rendimento que em fábricas e bairros operários, apesar do fomento proposto pelo ministro providencial. A parte mais proveitosa desse fomento foi, evidentemente, o caminho de ferro que partiu de Lisboa em 1856 e atingiu o Porto em 63. Uma estação, em Santa Apolónia, inaugurada dois anos depois, era um novo templo, a par dos teatrais e daqueles que, marcados na planta pombalina, iam tendo lentas obras que, nas duas igrejas principais, ao Chiado, Mártires e Encarnação, só terminariam em 1866 ou 73. Também então o porto da cidade foi objecto de especial atenção, ligado ao aterro dos anos 60 em numerosos projectos — catorze entre 1861 e 83, até à realização possível, iniciada em 1887.

Em 1845 Costa Cabral fizera marcar novos limites a Lisboa; mas, dissolvida a Companhia das Obras Públicas que a contratara, quatro anos depois recomendava-se ainda ao Município que cumprisse as instruções, começando a construir a estrada de Circunvalação que protegia o perímetro que veio a ser definido pelo decreto de 11 de Setembro de 1852, e metia, em área urbana protegida por um muro com portas para cobrar direitos alfandegários, 1208 ha de terrenos — mais 25 % da superfície definida cerca de cinquenta anos atrás, como vimos.

A linha das barreiras (que em 1863, ainda não concluída, era vista como «um bonito passeio» e comparada à de Paris), considerada de nascente para poente, começava na Cruz da Pedra, subia pelo Alto de S. João (onde em 1841 se inaugurara um cemitério), por Arroios e Picoas até S. Sebastião da Pedreira e descia depois a Campolide e, pelo Arco do Carvalhão e os Prazeres (onde outro cemitério fora instalado em

1835), ia até Alcântara na altura da sua velha ponte sobre a ribeira do mesmo nome, que só desapareceria em 1887-88. Eram esses os limites «naturais» da cidade com as suas saídas — mas, mais uma vez, não queria isso dizer que envolvessem terrenos urbanizados, já que a área assim definida ainda numa planta de 1871 nos aparece desmunida de construções, que lentamente progrediam sempre em zonas (Alegria, Estrela, Buenos Aires) e sobre caminhos que vinham do século XVIII ou de antes, e que entre si estabeleciam, ainda, mais uma teia orgânica que uma malha urbana.

Esta começava, porém, a impor-se; e em 31 de Dezembro de 1864 um decreto estipula que o governo mande «imediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital, atendendo nele ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de higiene e decoração, como do alojamento e livre trânsito do público». Tal plano poderia ser executado pelo governo ou pelo Município, por empresas que com ele contratassem ou por particulares, individuais ou colectivos, em terrenos próprios — e, reforçando um decreto já de 1856, cobre com cláusula de «utilidade pública e urgente todas as expropriações necessárias».

Uma política de urbanização consequente define-se neste diploma — cuja importância corresponde à que coubera, em 1756, à legislação de Pombal que vimos. Se esta dizia respeito a uma cidade a reconstruir, a do ministério do duque de Loulé (com João Crisóstomo como ministro de Obras Públicas) respondia às necessidades duma cidade cuja expansão lentamente se preparava ou necessariamente se previa — efeito

indubitável dum Fontismo só provisoriamente arredado do poder.

Pouco mais de um ano depois da publicação deste decreto, em Janeiro de 1866, anunciou-se a constituição duma «Companhia Geral de Edificações» em que estavam interessados grandes nomes da finança fontista (Olivais, Krus, Anjos, Magalhães, o banco Fonseca, Santos & Viana) e que contava também com capitais estrangeiros. Tratava-se de abrir ruas e praças, construir cais e docas, plantar jardins e parques, lotear terrenos, rasgar dois largos «boulevards» a partir do «Passeio Público». Não houve mais notícias do programa, não se conhecem projectos nem estudos desta empresa, cuja ideia nem por isso deixa de ser significativa duma vontade de progresso. Como também da incapacidade de, por enquanto, a sociedade nacional lhe dar satisfação.

Entretanto, porém, um arquitecto municipal, francês radicado em Portugal desde 1840, P.-J. Pézerat, publicara uma longa *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne* (1865) em que, fundamentado na sua longa experiência nacional e entusiasmado por uma viagem recente ao Paris de Haussmann, previa uma vasta urbanização de conjunto (única maneira de garantir «ordem» e «harmonia»), com bairros novos servidos por grandes avenidas e prédios de bom porte, «distribuídos com gosto, oferecendo todas as comodidades e o conforto desejáveis» — obra de grandes empresas de construção que, devidamente protegidas, «libertariam o governo e a municipalidade de todos os encargos que tornariam irrealizável qualquer tentativa» dessa envergadura. Insistindo sobre uma visão de conjunto, em que há dez anos trabalhava,

Pézerat excluía qualquer ideia de renovação parcial do tecido urbano. A hora era chegada de uma ambição à escala «parisiense» da capital dum país que a geografia colocara ao extremo da Europa, «testa dos caminhos de ferro europeus» (insistirá em 1867), cabeça de ponte para o Novo Mundo — antes mesmo que a política portuguesa pensasse seriamente em ligações intensas com as colónias de África, que seria facto da década seguinte.

De qualquer modo, o vector portuário era elemento importante dos projectos de Pézerat que já em 1844 pensava em regularizar a margem do Tejo com criação de terrenos novos para a cidade. Igual ideia tivera Alfredo de Andrade, pintor e arquitecto-restaurador de brilhante carreira no Piemonte, ao traçar planos nesse sentido em 1857 — e em 1870 M. A. Thomé de Gamond, procurando o interesse de Saldanha então instalado no poder, publicou igualmente uma *Mémoire sur le projet d'agrandissement de la ville de Lisbonne* que implicava uma larga urbanização de terrenos conquistados ao rio, com avenidas, jardins e loteamentos para benefício dos financeiros internacionais do empreendimento.

Sonhos vãos que nas obras do Aterro (da Boa Vista ou 24 de Julho), desde finais de 50 e durante uma dezena de anos (muralha de Santos em 1860), foram tendo realização mais modesta quanto ao seu aproveitamento urbanístico.

Mas P.-J. Pézerat merece ainda outro destaque na história da Lisboa: especialista em obras de higiene pública, como engenheiro que também era, contribuiu com invenções técnicas para a sua discutida sanidade, ao mesmo tempo que, como ele próprio afirma,

planeou dezenas de ruas, trabalho perdido no incêndio da Câmara, em 1863, e que, ao menos em parte, refez. Professor de desenho da Politécnica, foi um dos arquitectos do novo edifício, cujas obras se arrastaram desde 1843 até 78, e a traça final é-lhe provavelmente devida, tal como é da sua autoria o edifício dos Banhos de São Paulo, em 1850 — duas obras que fazem dele o último arquitecto dum neoclassicismo atardado no gosto oficial. Para ele também apelou Castilho, ao querer dar corpo à ideia dum complexo arquitectónico de dois palácios «magníficos», para cursos e saraus, a erguer na Praça do Príncipe Real, sítio em que em 1854 se pensava e em breve teria urbanização (e ajardinamento) residencial de qualidade. Perderam-se os desenhos que Pézerat traçou, como se perdeu notícia da maior parte da sua obra, e o infeliz artista e técnico eminente viria a morrer cego e na miséria, em 1872.

Ao mesmo tempo, outro artista actuou em Lisboa, a nível mais particular: G. Cinatti, cenógrafo de S. Carlos chegado em 1836 (faleceria em 79) que, com o seu colega Rambois, assumiu papel importante de arquitecto e decorador. Os melhores palacetes de Lisboa do seu tempo são de traça sua (Nunes Correia, ao Passeio Público, em 1865, Bessone e Iglésias, a S. Francisco) e em outros colaborou (Palmela, Castelo-Melhor, José Maria Eugénio, a S. Sebastião; a Pena, em Sintra), e essas obras impuseram o seu gosto ecléctico e discretamente italiano nas ruas da cidade, fazendo dele o arquitecto por excelência do Romantismo português.

Significa isto a falta de arquitectos bem formados ou dum ensino que na Academia de Belas Artes, desde 1836, seguia rotina banal, sem titulares de talento. Em

1876 um relatório sobre esse ensino, atribuía-lhe a consequência de «edificações ridículas e feias», com suas decorações «de mau gosto e de mau senso». Remontando no tempo haveria que recordar que Possidónio da Silva, que à vitória liberal acorrera de Paris (onde se formara) a oferecer préstimos entusiásticos, nunca teve trabalho à altura, ele que sonhara então concluir o Palácio Real da Ajuda com planos sumptuosos logo abandonados, como o próprio palácio que só em 1862, com apressadas obras de decoração, teve residência régia de D. Luís, após o seu casamento.

Se o palácio real ficaria a um terço do projecto inicial («ruínas modernas», como lhe chamou um viajante estrangeiro em 1842) outro palácio, municipal, foi objecto de especiais cuidados, a partir de 1863, quando ardeu o edifício pombalino da Câmara. Pézerat forneceu então um primeiro projecto mas a doença impediu-o de assumir o que poderia ter sido a obra da sua vida e ela foi entregue a Parente da Silva, que, sem limites de orçamento, terminou em 1880 um edifício imponente, sem estilo nem gosto definidos no seu eclectismo, marcando assim (e na decoração interior também) um estado da arquitectura oficial de luxo na sua mais significativa função citadina.

Mas, neste período do apogeu fontista, Lisboa beneficiou de outras edificações, e logo de teatros que na vida da capital tinham papel importante e haviam de substituir os velhos casarões do princípio do século ou de antes. O Príncipe Real (Apolo) em 1865, o Trindade em 67, o novo Ginásio em 68, e sobretudo o segundo, que foi objecto de luxos especiais da parte dos

construtores, deram à cidade novos atractivos que se inseriram na sua dinâmica cultural.

Esta, vivendo também das imagens da sua vida quotidiana, teria que passar pelo aspecto do comércio e das lojas — e esse, tirando sempre o Chiado «parisiense» (onde em 1877 o ourives Leitão inauguraria uma loja com armação interior conforme os «modelos da Rue de La Paix»), era visto com maus olhos, em 1857, por um visitante francês que falava duma Baixa onde tudo era «baço e glauco», «repelente» e «lúgubre». Dez anos depois, Eça de Queirós compartilhava essa impressão, ao sentir «uma sonolência, um hálito de tédio» sair das «encruzilhadas das ruas solitárias» — onde, a partir de 1869, quiosques de venda de refrescos poriam alguma animação mais popular.

Os sinais do Estado e do seu espírito faziam-se, porém, sentir ao longo dos anos 60 e 70, em monumentos comemorativos de heróis do passado a que o País (e a cidade sua capital) deviam homenagem. Uma série de estátuas foram assim projectadas e erigidas, marcando um espaço urbano que se pretendia nobilitar em termos simbólicos, ainda românticos.

Esta marca romântica está patente logo no primeiro dos monumentos, consagrado a Camões, e cuja história remonta a 1817, quando se pensou encomendá-lo a Canova. Em 1836 foi a ideia proposta por Castilho, com desenho de Francisco de Assis Rodrigues, mestre da Academia, e vinte anos depois o Grémio Português do Rio de Janeiro relançou o caso — que em 1860 começou a concretizar-se nas mãos do novo mestre da Academia, Vítor Bastos, num modelo aprovado por D. Pedro V. Da primeira pedra lançada

dois anos depois surgiu o monumento inaugurado em 1867, num largo urbanizado para o efeito. O sentido ideológico da figura de Camões, confundindo-se o vate infeliz com a nação liberal, integra-se no discurso oficial do Constitucionalismo — cujo fundador, D. Pedro IV, seria consagrado logo depois, num monumento que teve a sua primeira pedra em 1868 (após concurso internacional que atribuiu justamente o prémio aos franceses Davioud e David) e foi inaugurado em 1873, no centro do Rossio onde, desde 1834, o vulto do Rei-Libertador era aguardado. A seguir foi a vez dos Restauradores da independência nacional em 1640, ideia da associação patriótica do 1.º de Dezembro, melhorada pela Câmara em 1875, dando-lhe um terreno novo, no início do que iria ser a Avenida da Liberdade. Ali foi erigido em 1886 o monumento (de A. T. Fonseca), obelisco com esculturas alegóricas de Simões de Almeida e Alberto Nunes, que pontua bem o seu espaço.

Entretanto, e falhada a intenção em 1843, em 61 o governo aprovara um projecto para o arco da Rua Augusta proposto na planta de Eugénio dos Santos, e doze anos depois a pesada massa arquitectónica de Veríssimo J. da Costa seria inaugurada com estatuária alegórica de A. Calmels, escultor francês instalado em Lisboa. Fontes terminava assim, ao gosto ecléctico do dia, a obra pombalina da Baixa, celebrando o próprio marquês figurado também no arco triunfal a par de Viriato, Nun'Álvares e Gama (esculturas de V. Bastos), sob a protecção da Glória, do Génio e do Valor. A cidade constitucional, ainda incapaz de inovar os seus espaços estruturais, pontuava-os com a decoração patriótica que convinha ao seu papel centralizador.

Este historicismo romântico era ainda servido por lembranças manuelinas em revivalismo estilístico, no convento dos Jerónimos, num processo que se arrastou desde o fim de 50 até ao fim de 70, quando Cinatti viu a sua obra aluída por defeito técnico — aí se pondo um ponto final à diligência romântica, no momento em que a própria cidade ia mudar de rumo. Também desses anos finais de 70 é um palacete de gosto oriental, ao Príncipe Real, que tem idêntico sabor historicista.

Mas, esta cidade vinda da Reconstrução e dos séculos anteriores na sua dupla rede de estruturas obedecidas, e que se aproximava então duma nova e mais total revolução, apresentava uma criação que, de ordem imediatamente prática, não tinha objecto estético; este impor-se-á porém, como um valor original de Lisboa, paralelo, aliás, a uma versão portuense, conforme condições peculiares de cada cidade.

Trata-se do revestimento de azulejos das fachadas, em vastos panos de parede que ficam luzindo ao sol ou sob as chuvas, imprimindo movimento óptico às superfícies e alterando assim as estruturas simples do pombalino ou dele derivadas. Processo económico vindo em torna-viagem do Brasil e possibilitado pela fabricação mecânica das Devezas, em V. N. Gaia, desde 1865, rapidamente o azulejo estampilhado se espalhou pela cidade nos anos 60 a 80 oferecendo-lhe uma retórica algo elusiva e paradoxal, e uma alegria inesperada à banalidade do casario fruste.

Um a um, os valores da cidade romântica sofriam alteração nas imagens do quotidiano. Em 1873, os primeiros transportes em comum deram-lhe nova

experiência das distâncias e dos espaços — e abriram-lhe a possibilidade, secreta ou expressamente desejada, de crescimento e desafoço.

Em 1878 o censo oficial da população indicava 187 mil habitantes para Lisboa, a que se devem juntar os 40 mil de Belém e Olivais; sete anos depois nova divisão de bairros dará para a cidade 243 mil habitantes, e em 1890 o novo censo contará 301 mil. Entretanto, Lisboa sofrera uma operação urbanística das maiores consequências: a abertura da Avenida da Liberdade. Após mais de um quarto de século de fontismo, as estruturas tradicionais da urbe exigiam uma renovação que, não podendo intervir na rede orgânica que continuava a desenvolver-se no interior da circunvalação de 1852, teria que ser praticada contra ela, através dum corte no seu tecido, no sítio considerado mais apropriado.

Este estava pensado desde 1859, quando, ainda utopicamente, o presidente da Câmara falara numa «larga estrada, alameda ou “boulevard” indispensável à grandeza actual da cidade», e sobretudo em 1863 quando se sugerira na Câmara uma via que ligasse o Passeio Público a S. Sebastião da Pedreira — porque era naturalmente ali que a operação devia ser realizada. Em 1870, um projecto do engenheiro camarário B. Dejante, três anos depois outro, do arquitecto

municipal Parente da Silva (agora coberto por uma proposta feita à Câmara pelo ministro das Obras Públicas), foram as datas seguintes — que, em Agosto de 1879 se completaram, com o início das obras, que era também o começo da demolição do «Passeio Público». O assunto fora levado ao Parlamento como «negócio urgentíssimo» em 1874 — e, mau grado o protesto assinado por dois mil lisboetas (entre os quais Ramalho Ortigão, indignado contra o «boulevardismo» deste «presente funesto» feito à cidade mais autêntica da tradição), o projecto fora avante graças à energia inquebrantável do presidente da Câmara, o fontista ou regenerador Rosa Araújo, que teve o cargo de 1878 a 85, e nele arruinou considerável fortuna comercial e saúde.

O Valverde, que fora em parte ocupado pelo «Passeio Público» setecentista, estendido para Noroeste, entre as colinas da Cotovia e a de Santana (cujas encostas e faldas estavam já sulcadas pelas ruas do Salitre ou de Sant'Antão-São José-Santa Marta) apresentava-se como um eixo de penetração da cidade, e pensou-se em levar o novo «boulevard» até S. Sebastião da Pedreira senão até ao Campo Grande de Alvalade. Um projecto do coronel engenheiro Miguel Pais, em 1885, fazia-o chegar à Circunvalação, junto à cadeia penitenciária então terminada, monumento importante também, nas estruturas ordeiras da nova sociedade. A Avenida da Liberdade deteve-se, porém, após um curso de 1276 m, numa rotunda distributiva de 200 m de diâmetro, que seria consagrada ao marquês de Pombal, cujo centenário da morte se comemorou em 1882, e viria a ter um monumento

lentamente erguido, em várias etapas, e só inaugurado cinquenta anos mais tarde.

«A Avenida» corria paralela às ruas ocidentais que conhecemos, na direcção de S. Sebastião, cortava a Praça da Alegria-de-Baixo, eliminando-a, e a Rua do Salitre, e ia gerar dois bairros novos. Um deles nasceu, a poente, em terrenos do advogado e capitalista Barata Salgueiro, a caminho do Rato e S. Mamede, com uma rua principal que seria dedicada a Alexandre Herculano — agora que, desde 1878, novo código administrativo incumbia a Câmara de baptizar as ruas com nomes a homenagear civicamente. Para baixo, deixaram-se os arruamentos que subiam a encosta da Cotovia, ou da Patriarcal. Ao mesmo tempo, a nascente, definia-se o Bairro Camões, a propósito do centenário do vate (1880), operação conduzida pelo Sindicato dos terrenos de Santa Marta (constituído já em 1878), à frente do qual estava o famoso financeiro conde de Burnay, e que urbanizava terras dos condes de Redondo, que ali tinham palácio seiscentista. Uma Avenida da Índia (depois Rua do Conde Redondo) havia de subir ao velho sítio da Cruz do Tabuado e da Carreira dos Cavalos, enquanto outra Avenida do Campo Grande (depois de Fontes Pereira de Melo) seguia para Leste, marginando o Matadouro (erguido em 1863 por Pézerat) e dando em terras junto às Picoas — que em 1888 seriam objecto dum estudo aprofundado do engenheiro camarário F. Ressano Garcia, génese das Avenidas Novas do fim do século.

Depois da Reconstrução pombalina, pela primeira vez se criavam ruas novas em Lisboa, inteiramente inventadas, fora de qualquer sujeição a sítios tradicionais que elas atravessavam numa indiferença

moderna, cortando a direito em nome do progresso que se gerara no Fontismo e continuava, pelos anos 80 fora, a marcar a política concorrente mas ideologicamente idêntica de progressistas e regeneradores.

Ao alto da Avenida, a que não se desejou dar continuação, terrenos vazios em aclave, pertencentes na maior parte ao capitalista José Maria Eugénio, iam da Penitenciária a S. Sebastião da Pedreira. Pôs-se-lhe o nome de Parque da Liberdade e desde 1888 pensou a Câmara ajardiná-lo, com projectos sucessivos, logo o primeiro através dum concurso internacional ganho pelo francês H. Lusseau. Já baptizado de Eduardo VII (1903), só no século XX se lhe daria destino paisagístico.

Ao longo da Avenida da Liberdade era, porém, necessário impor uma arquitectura condigna — o que levou tempo a fazer e nunca, apesar dos esforços dos anos finais de 80 e iniciais de Novecentos, em meia dúzia de palacetes e prédios sumptuosos, foi conseguido. Em 1888 Eça de Queirós constataria que a colina da Penitenciária punha «um brusco remate campestre àquele curto rompante de luxo barato», que tivera «o fôlego curto»... Só desde 1886 o monumento dos Restauradores anunciava a ambição inicial, a par da nova estação do Caminho de Ferro trazido até ao centro da cidade, no seu estilo neomanuelino, e do hotel Avenida Palace, de luxo cosmopolita (1890-92), obras, ambas, de J. L. Monteiro que se formara em Paris e que, entrado para a Câmara (e para o ensino da Academia), não teria ocasião de realizar a obra esperada do seu talento. A realidade era outra, sem dúvida por razões duma crise económica gerada no

Ultimatum de 1891 — mas também por carência de gostos de civilização da sociedade nacional e dos seus governantes. Assim, em 1893, Fialho de Almeida veria a Avenida como um «corredor de cantaria», «bisonho canal de casarões saloios que arrotam sobre a via, chatos e altíssimos»; e, ainda em 1914, Ramalho lamentaria que os prédios fossem «destituídos de estilo de conjunto».

Por todo o lado, na cidade que se animava, os «prédios de rendimento» tinham idêntica e medíocre aparência, que sucedia à tipologia pombalina abastardada pelo romantismo e a pequenas construções ainda de lembrança meio rústica, como vimos. Num surto pequeno-burguês institucionalizado, definia-se, afinal, uma cidade «soturna» e «melancólica» (Cesário Verde), «banal», «triste e solitária», marcada pelo «torpor», como viu um viajante francês em 1889, uma espécie de «Paris de contrabando», «pretensiosa e ridícula» (Mariano Pina, 1886). Era, em suma, a «Lisboa horrível» denunciada em 1891 — tudo isto apesar dum prémio camarário de qualidade instituído em 1888.

Se em 1877 se iniciou uma urbanização popular no Calvário, melhores bairros nasceram nos anos 80, na D. Estefânia, cerca dum hospital de projecto inglês inaugurado então, à Carreira dos Cavalos, pela velha Travessa do Pintor, e com ligação para o Conde de Redondo; e, mais definido na sua malha urbana, em Campo de Ourique, ocupando um vasto rectângulo regular, limitado a nascente pela nova e principal Rua Ferreira Borges e a poente pela quebra do vale de Alcântara. Campolide, não longe, teria urbanização na década seguinte.

Entretanto, em 1885 (18 de Julho), uma lei reformou o município de Lisboa alargando consequentemente a área da cidade que uma nova estrada de circunvalação, de traça aprovada em 27 de Fevereiro seguinte, passava a definir, delimitando 6500 ha. Novos limites, com inclusão das freguesias de Camarate e de Sacavém, tiradas ao concelho de Olivais, alargaria esta área, logo em 22 de Julho de 1886, para mais de 9700 ha o que, considerado impraticável, foi corrigido por decretos de 28 de Setembro de 1895 e de 2 de Novembro de 1903, que desanexaram as ditas freguesias, daí resultando finalmente uma área municipal de 8244 ha.

Os limites determinados em 1885 partiam de Algés, a poente, passavam por Caselas, iam à Buraca e a Benfica, à Pontinha e a Vale de Fornos, inflectiam depois para a Charneca e desciam, perpendicularmente ao Tejo, pela Portela de Sacavém, à linha do vale de Chelas, vindo terminar em Xabregas, a nascente. No ano seguinte, os limites, para Leste, iam para além de Camarate e desciam por detrás de Sacavém de Cima, enquanto, em 1895, chegado a Carriche, o menor perímetro decretado passava pelo forte da Ameixoeira, pela Encarnação e por Moscavide, encontrando o rio em Beirilol.

Ainda desta vez, porém, todos estes limites administrativos e fiscais pouco tinham que ver com a urbanização, que se mantinha dentro dos espaços tradicionais, pombalinos ou então em recente data definidos, como vimos, na grande modificação de cerca de 1880.

Dentro desta cabiam agora bairros apropriados para habitação de operários que, no lento

desenvolvimento fabril da capital, iam vivendo em precárias condições, dentro de «ilhas» e «pátios» de mesquinha exploração. Resultado do «Inquérito Industrial» de 1881, um movimento se desencadeou para melhorar o estado das coisas, e foi Fontes quem, dois anos depois, apresentou uma proposta de lei e um político fontista, A. Fuschini, quem, em 1884, tentou em vão fazer aprovar pelo Parlamento um projecto visando a construção de habitações «económicas e salubres». Em 1889 projectou-se um primeiro bairro camarário (Casal do Rolão, ao Calvário) que não se realizou, e a iniciativa viria a ser particular ou cooperativa, ligada por vezes a unidades fabris, como já em 1873 em Sto. Amaro e em 1878 em Alcântara, e agora (1887) na zona Xabregas-Beato-Grilo, onde prosperava a indústria algodoeira. Também na Estrela (1886), nos Barbadinhos e na Calçada de D. Vasco (1890) houve tentativas de formulação de bairros, mas pelos anos 90 e até aos inícios de Novecentos, foi outra zona, entre a Penha de França e a Graça, que viu proliferar as «vilas», pequenos bairros que no Bairro Operário dos Barbadinhos, em 1891, tiveram exemplo maior. Ainda na Graça um palácio nobre reconstruído deu a vila Sousa, em 1889, enquanto um industrial republicano, Grandela, fundava o seu próprio bairro, em Benfica, e, à Fonte Santa, um fabricante de tijolo edificava um prédio de curioso gosto decorativo, para idêntico efeito. Já nas Amoreiras um «brasileiro» empreendedor construía a série modelar da «Bagatela», em 1879. E, em 1896, um arquitecto famoso, Adães Bermudes, propunha a criação duma

sociedade promotora de habitações económicas para as «classes laboriosas».

Assim, mas em pequena escala, se compensava o luxo de uma ou outra construção da Lisboa rica, como o palacete mourisco na Avenida (1891, arq. Lusseau), ou os melhoramentos dos palácios que dois financeiros poderosos, o Foz e o Burnay, adquiriram nos Restauradores (palácio Castelo-Melhor) e na Junqueira (palácio do Patriarca), entre 1889 e o princípio de Novecentos. O Teatro D. Amélia, ainda ao Chiado (1893), a Praça de Touros do Campo Pequeno (1890-92) abrilhantaram também a capital que se equipou então com uma escola industrial modelar, em Alcântara (1886-88, arq. L. C. P. Ávila) e um liceu, às Mercês (1887, arq. Rosendo Carvalheira) e uma Casa da Moeda, ao Conde-Barão (1889-91, arq. J. C. Gaspar) — enquanto as construções de ferro (gares e mercados) se iam somando, pelos anos 80 e 90 que viram também erigir-se o Coliseu (1890), o Grandela, armazém moderno (1891), e uma grande sala na Sociedade de Geografia (inaugurada em 1897), no mesmo sistema técnico em que, aliás, o Porto precedera a capital (Palácio de Cristal, 1861-65).

A electricidade tinha penetrado em Lisboa em 1878, com uma primeira instalação ainda no Chiado, seu centro vital, mas já a Avenida, novo foco do seu quotidiano, assim se iluminava em 89 — e o resto das ruas e casas a partir de 1902, quando já se electrificara (1901) a viação dos transportes colectivos, num progresso de que uma nova fase da cidade ia rapidamente beneficiar.

Entretanto, porém, alguns projectos progressivos mas precoces ante a realidade social e económica,

eram sonhados e abandonados — como um sistema de metropolitano, pela primeira vez proposto em 1888 em sessão pública da Associação dos Engenheiros Civis, e uma ponte sobre o Tejo, que ligaria Lisboa à margem fronteira (de Xabregas ao Montijo), ideia do eng.º Miguel Pais já em 1876, depois retomada por americanos e franceses, entre 1888 e 90. Ou, mais inesperado, em 1888, o projecto, posto a concurso pela Câmara, dum enorme viaduto que passaria sobre a Baixa, ligando S. Pedro de Alcântara a Sant’Ana e à Graça e que, com os seus 25 metros de largura, ofereceria espaços para passeio e comércio de luxo. Em 1889-90 foi a vez de túneis entre a Rua do Príncipe (ao Rossio) e o Corpo Santo e o Conde-Barão (Eng.º E. Boussard). Miguel Pais interveio largamente na vida da cidade, com projectos que, com seriedade científica, ia apresentando em artigos de jornal, entre 1880 e 81, e havia de reunir em dois volumes, sob o título modesto de *Melhoramentos de Lisboa* (1883). Lisboa, na qual se batera por uma Avenida mais nobre, teria então túneis (entre o Intendente e S. Bento ou entre o Município e o Arsenal), para facilitar uma circulação que adivinhava em irreprimível aumento, e já viadutos que cruzariam os ares, entre o Chiado e o Caldas ou entre a Graça e a Estrela («a obra de arte mais grandiosa, mais imponente e mais esplêndida»...).

Ruas, avenidas, portos, túneis, pontes e viadutos são imaginados nestas páginas utópicas que constituem a segunda proposta, em mais avançada tecnologia (e imaginação), de uma cidade moderna, após aquela que Pézerat fizera, quase vinte anos antes.

Mas a realidade que já se verificara com a Avenida, nesta tomou impulso, para uma nova aventura urbanística mais amadurecida em tecnologia, que caracterizaria já a passagem do século, debelada a crise económica do início de 90, a caminho do acordo dos credores externos em 1902, e estabelecido o arranque para as colónias — que começaram a dar dinheiro certo para construir na capital em evolução.

Em 1900 Lisboa tinha 356 mil habitantes, onze anos depois outro censo oficial contaria mais 80 mil: mais de 20 % de aumento durante esta década, tal como na anterior, entre 1890 e 1900, quase 20 % se tinha atingido. Ao todo, no vinténio marcado antes e depois do fim exacto do século XIX, verificou-se um aumento da ordem dos 45 %. A explicação demográfica do desenvolvimento urbano de Lisboa neste período torna-se assim óbvia, a par da económica que engloba também uma industrialização mais afoita — a qual, por seu lado, gerou aumento de população tanto como sua distinção a vários níveis de rendimentos de trabalho e produção. Distinção logo significada em termos de urbanismo e de arquitectura, que sempre são de classe.

Os planos estudados por Ressano Garcia em 1888 têm aqui a maior importância, articulados com os que tinham sido mais empiricamente tratados quando do sonho-realidade da Avenida. Eles encaminhar-se-ão para um plano geral de melhoramentos da cidade (o segundo depois de 1864-81) de que o decreto de 2 de Setembro de 1901 incumbe a Câmara. De qualquer modo, importa reparar que esta Avenida pragmática e simbólica terminava numa rotunda que seria consagrada a Pombal, ligando assim ao primeiro o

segundo estágio da cidade que após 1755 nascera e se desenvolvera. Tratava-se afinal, ao fim do século, de completar o que os arquitectos pombalinos tinham feito e querido fazer, nos dois planos extensivos da cidade, que vimos traçados para nascente e poente, para além da Baixa realizável. Essas terras de rede viária tradicional, meio rústica meio urbana, que tinha convindo à cidade até ao último quartel de Oitocentos, exigiam agora um aproveitamento racional neo-pombalino, como se poderia dizer.

Avançando o «projecto das ruas adjacentes ao futuro Parque da Liberdade», Ressano Garcia (engenheiro das Ponts et Chaussées de Paris) retomou a parte já tratada no plano da Avenida, publicado em 1879, levando depois mais longe, pela adição de uma nova zona cujo eixo seria uma avenida dita das Picoas (que haveria de tomar o nome do engenheiro, ainda em sua vida, antes de ser baptizada «da República» quando da mudança de regime), indo da Rotunda das Picoas (depois Praça do Duque de Saldanha — e com os dois nomes figura em plantas sucessivas) até ao Campo Grande. Eram as «Avenidas Novas» cujo plano seria finalmente aprovado em 1904.

Em relação ao primeiro troço do programa, havia de completar-se a estrela apontada na rotunda da Avenida com uma avenida (Duque de Loulé) que, passando sobre Andaluz (viaduto em 1898-900), iria até à Cruz do Taboado (onde se erigiria o Liceu Camões, em 1907, e já estava o Matadouro). Para poente da Rotunda, tratava-se de regularizar e preencher a zona do Vale de Pereiro, com novas linhas direitas, sem prejuízo, dum lado, da via antiga do Salitre e, do outro, do caminho de Entremuros.

Da Rotunda para cima, entre o Parque ladeado pela Avenida António Augusto de Aguiar e a já chamada Avenida do Campo Grande, como simples indicação direccional, agora denominada de Fontes Pereira de Melo e que passava sobre a Rua de S. Sebastião da Pedreira, traçou-se o xadrez dum bairro de casas limitado, ao Norte, pela nova Avenida Duque d'Ávila, que, sobre o traçado da Estrada de Circunvalação de 1852, é a primeira transversal da grande avenida-eixo que ia nascer, sem desrespeitar a velha rua de S. Sebastião da Pedreira e seu sítio e largo, apanhados na nova malha.

Daí para cima, a caminho do Campo Grande, maior liberdade teve Ressano Garcia, de um lado e do outro da «sua» avenida, ladeada paralelamente por outras duas, a poente a de António Maria de Avelar (engenheiro camarário, substituto de Ressano Garcia; depois de Cinco de Outubro) e a nascente a Pinto Coelho (chefe do partido legitimista, depois Defensores de Chaves) que iria morrer no largo da Praça de Touros, enquanto a outra prosseguia até à Estrada de Malpique, pelo começo do Campo Grande, prevendo-se que nela (quase) se entroncasse uma avenida (Conde de Valbom) traçada sobre a velha Rua das Cangalhas, acima das Picoas.

Este traçado longitudinal seria cortado por um sistema de nove ruas paralelas, desde a Duque d'Ávila (que tomaram nome de políticos do constitucionalismo, e os mantiveram sob a República, menos dois: de José Luciano de Castro e de Hintze Ribeiro) e que iam (ou não) até à antiga Rua do Arco do Cego (ou Estrada do Campo Pequeno), a poente, enquanto, a nascente, morriam na Conde de Valbom

ou, mais brevemente, na Avenida A. M. Avelar-Cinco de Outubro.

A ligação para oeste era assegurada pela avenida Martinho Guimarães (depois de Berna) que singrava para o Rego e Palhavã, enquanto a ligação para Norte passava ainda, em Entre-Campos, pela via antiga, já que as novas estavam bloqueadas pela linha do caminho de ferro da cintura, assente em 1890 e só atravessável na avenida A. M. Avelar, por um viaduto previsto mas só construído depois de 1900, embora se viesse a propor idêntica mas luxuosa solução para a própria avenida central, já em 1906.

A avenida Fontes Pereira de Melo tinha 873 metros de comprimento e trinta de largura (um terço da avenida da Liberdade); a de Ressano Garcia-República tinha 1518 metros de longo e sessenta de largura (dois terços da avenida da Liberdade). A entrada do Campo Grande, «Bois de Boulogne» de Lisboa, seria definida por uma praça também circular. Ressano Garcia estudou ou fez estudar pormenorizadamente pavimentos e esgotos, perfis das ruas e suportes de aterros, viadutos e orçamentos — e também as vastas expropriações de terrenos a que se tornava necessário proceder, e que uma lei de 9 de Agosto de 1888 permitia, apoiando assim o Estado uma vasta operação de loteamento que daria nova respiração à cidade.

Enquanto este projecto se realizava ao longo de um dos grandes vales de Lisboa, outro, incluído no plano de 1901-04, definia-se por outro vale que, pelos Anjos e Santa Bárbara, ia da Baixa a Arroios, morrendo, esse, nos limites determinados em 1852, ao passo que o primeiro muito os ultrapassava, logo a

seguir à praça das Picoas. Este segundo projecto não deixava, por isso, de ter grande importância e futuro, já que apontava para uma zona da cidade de uso antigo.

Por detrás de S. Domingos, ao Rossio, a reconstrução pombalina esboçara um tímido prolongamento, na rua Nova da Palma, logo interrompida no dédalo do Socorro. Tratava-se agora, em fins do século, de criar um novo traçado que, entre o Socorro e o Desterro, a poente, e o Benfornoso, a nascente, junto da Mouraria medieval, cortasse a direito — e foi a rua da Palma que regularizou a rua Direita dos Anjos até ao Desterro e daí em diante, passando pelo Intendente, seguiu como avenida nova, chamada de D. Amélia, e depois de 1910 de Almirante Reis. A oeste, ficaram Santa Bárbara, a longa rua de Arroios e o seu largo; a leste, as alturas dos Quatro Caminhos e da Penha de França. Marginando a nova avenida, para um lado traçou-se uma rua paralela à de Arroios (António Pedro), enquanto mais para poente se desenhavam os arruamentos confinantes com D. Estefânia; para o outro lado, do nascente, a avenida D. Amélia deu rapidamente origem ao bairro Andrade, loteamento privado de um proprietário assim chamado que nele não despendeu grandes capitais; e, mais adiante, a rua Francisco Sanches, «pendant» da António Pedro.

Os dois programas, das Avenidas Novas e da avenida D. Amélia, são contemporâneos mas não exactamente concorrentes já que se destinavam a classes sociais diferentes — mais rica no primeiro caso, mais pequeno-burguesa no segundo, embora com excepção de algumas moradias e prédios de

melhor aparência que aceitavam comparação. De qualquer modo, a distinção adjectivada dos dois novos sítios manteve algum rigor sociológico, ao longo dos anos.

Terminada num largo (do Chile), à Circunvalação, a nova avenida oriental deu à luz uma rua ainda mais modesta que conduzia, entre as embocaduras do Caracol da Penha e da calçada do Poço dos Mouros (que levam à Penha de França) e o Alto do Pina também mediocrementemente urbanizado, ao Alto de S. João: a longa rua Morais Soares, regularizada sobre a Circunvalação, da qual uma estrada de Entremuros levava à Cruz da Pedra, sempre na linha dos limites de 1852.

Limites esses que ora são respeitados ora devassados, tal como os sítios que comportam na sua área, nas conveniências e na lógica das novas urbanizações.

O plano de 1901-04 implica o traçado de uma grande avenida de 4150 metros a norte da António Augusto de Aguiar para o Paço do Lumiar, passando por Palma de Cima e de Baixo e por Telheiras, uma outra avenida que ligaria o centro da cidade à Luz e Carnide, com ligação para Telheiras e Campo Grande, e um grande parque florestal — estabelecendo assim linhas de força de desenvolvimento futuro. Aprovado, como vimos, não se realizou, por precoce em relação às necessidades mais evidentes da cidade do princípio do novo século e às próprias possibilidades do município.

De qualquer modo, o desenvolvimento da cidade capitalista foi rápido nestes anos de entre os dois séculos, prolongados até à guerra, por sobre a

mudança de regime que nenhuma influência prática teve no processo em curso — mas lhe proporcionou, em 1912, uma lei de expropriações que iria facilitar iniciativas camarárias. Assim se passou até ao próprio tempo da Guerra e a ela sucessivo, e assim se foram definindo outros bairros, no Monte à Graça, aos Quatro Caminhos (Ermida, 1911, América, 1918), em Santo Amaro e em complemento de D. Estefânia.

Em 1906 afirmava-se que a área de Lisboa se tinha «dilatado por mais de um milhão de metros quadrados», «espraiando-se pelas suas cercanias bucólicas»: «trinta ruas, quarenta ruas, cinquenta ruas, apareceram como por encanto iluminadas, arborizadas, edificadas», com desenvolvimento de «hábitos de conforto e de luxo». Esta a visão optimista do fenómeno; contra ela, mais uma vez Fialho de Almeida, e Malheiro Dias, achavam, pela mesma altura, que as casas edificadas não passavam de «fábricas de moagem de seis andares» e os palacetes eram dignos de «teatro de província», e que «os bairros novos (...) iam-se enchendo de casarões sem estilo e elegância, sem conforto e sem beleza» — e confessava-se a desilusão de sonhos «de uma Lisboa opulenta». O espectáculo oferecido pelas novas ruas e avenidas era «desolador», afirmava o arquitecto J. L. Monteiro, que não pudera ter papel suficiente na campanha de construção, entregue mais uma vez a mestres de obras muito mais do que a arquitectos. Daí a «banalidade» dos edifícios, em bairros inteiros, queixava-se a associação profissional destes. Em 1897, ao início do grande «boom», um crítico achava o casario «reles, espalhafatoso e sem carácter»; dez anos depois, um cronista via a cidade «exausta por imenso

esforço, decidida à renúncia de maiores projectos» — e entretanto achara-se que «tudo parecia afectado, precipitado, impertinente», na cidade «parvenue» (J. Chagas, 1902). Em 1908, uma Empresa de Construção Predial, afecta a um banco poderoso e dirigida por um architecto de eclético talento, Norte Jr., desejou empenhar-se numa nova cidade «esplêndida, formosa e higiénica», mas não teve o sucesso esperado — como também não foram àvante os «melhoramentos urgentes» defendidos, no ano anterior, pela Sociedade de Propaganda de Portugal. Eram sonhos que os capitais afinal não suportavam, agora como dantes receando aventuras maiores que pusessem em risco os rendimentos certos.

Sonhos, porém, que Fialho de Almeida não deixava de clamar num texto de 1906 que merece longa citação. Olhando o «Terreiro do Paço socialista», que devia ser a Rotunda da Avenida, numa cidade «republicana e proletária», o escritor via ali grandes palácios associativos (da Medicina, da Indústria, do Comércio, das artes ou de simples particulares), num luxo de cúpulas, escadarias e arcadas em volta. Para cima, o parque com avenidas ricas e estatuárias; para baixo, a avenida, com fachadas monumentais, e, a meio dela, uma monumental entrada para o Jardim Botânico, novo sítio de desfile de carruagens aristocráticas. Por sobre a cidade, com «ciclópicos pegões» servidos por elevadores, viadutos de luxo, um dos quais levaria ao Castelo, e ali a um palácio «ofuscante, gigantesco solar de policromias», onde «atractivos e vícios» justificariam a civilização da capital. Nas Avenidas Novas também o luxo imperaria, regularizados os

edifícios e um arco monumental aberto à entrada do Campo Grande. Mais estátuas para uma avenida ribeirinha da qual se passaria, por uma ponte ulterior, à outra margem, onde uma Lisboa fabril havia de se desenvolver e onde também os operários teriam suas casas cuidadas, contra os bairros operários que lhes eram oferecidos pela ganância dos proprietários — e contra a Alfama e a Mouraria que deviam ser arrasadas. E, sobretudo, Fialho exigia o condicionamento crítico dos tipos arquitectónicos a usar na cidade, estudados em blocos, atentos às perspectivas.

Era uma nova utopia, a terceira e muito literata, após as de Pézerat e de Miguel Pais. O engenheiro Melo de Matos, na mesma data, oferecia uma visão de «Lisboa no ano 2000», com túnel para o Seixal e edifícios colossais para a vida financeira da cidade.

Para Lisboa entrar no grande jogo urbanístico de Paris e de Madrid (que então se renovava), seus modelos desejáveis, outros sonhos, mais pontuais, vinham a lume, cerca de 1900, quando se pensou fechar o Chiado como uma galeria de «céu de vidro» (1901) ou adaptar o castelo de S. Jorge a hotel de luxo e teatro (1908), ou levantar em S. Pedro de Alcântara um grande casino de gosto «Segundo Império» (ideia francesa de 1909), ou, com maior seriedade, construir o Palácio da Justiça e o Palácio dos Correios que a cidade merecia (desde 1895) — ou um primeiro «arranha-céus» de dez andares, no Aterro (c. 1904), que a Câmara não autorizou, embora em 1888 já tivesse sido licenciado (mas não construído) um prédio de oito pisos, na zona da Avenida. A Câmara dos Deputados, essa, nascida no

aproveitamento do convento de S. Bento, desde 1895 que, após um incêndio, ia aguardando transformação condigna, a cargo de Ventura Terra.

Formado em Paris, V. Terra, regressou dali em 1896 e ganhou o concurso de S. Bento, obtendo com isso um lugar de relevo entre os arquitectos de Lisboa. À cidade daria ele o melhor do seu saber, que era notável, dentro de um gosto académico e cosmopolita situado para além das imediatas possibilidades nacionais. Ficaram-lhe devidos dois liceus (Camões e Pedro Nunes, 1907-09), uma maternidade (projecto de 1908), o Teatro Politeama (1912-13), uma sinagoga (1905), e o primeiro grande banco lisboeta («Lisboa», depois «Totta & Açores», 1906) de feição internacional com seus sinais de poder e luxo, além de numerosos prédios e palacetes que abrilhantaram a cidade. Vereador republicano de Lisboa em 1908, V. Terra (que faleceria novo, em 1919) empenhou-se também em planos de engrandecimento da cidade: uma esplanada marginal, uma avenida do Rato a Alcântara, e a urbanização do parque da Liberdade com uma bordadura de moradias de luxo, palácio de exposições e festas, e entrada monumental: a «Lisboa Futura» que em 1910 se gabava.

Os seus concorrentes de maior vulto na arquitectura citadina foram o italiano N. Bigaglia (palacete Lambertini, Avenida, c. 1900), Adães Bermudes, prédio de gaveto, Almirante Reis-Intendente, 1908), Álvaro Machado (prédio de esquina, avenidas da República-Duque d'Ávila, 1904; sede da S. N. B. A., 1906-13) e Norte Jr. (prédio da Avenida n.ºs 206-218, 1915). A eles couberam as

construções mais características deste período, quanto à imagem urbana que se pretendia impor, no meio da realidade mais mesquinha. Bigaglia (que deixou Portugal em 1908) trouxe uma elegância italiana a estas construções, tal como fizera, na geração anterior, Cinatti; Machado foi o melhor desenhador de um revivalismo neo-românico que por essa altura entrou em Portugal e teria longuíssima vida em Lisboa. Bermudes e sobretudo Norte Jr. (que faleceriam só nos anos 40 ou 60) andaram por um estilo mais cosmopolitamente eclético, pomposo e vão — que não deixou, porém, de dar à avenida o seu edifício mais apropriado, e único, ao nível do prédio de rendimento.

Todos estes arquitectos, tal como V. Terra, obtiveram, sucessivamente, o prémio Valmor, instituído em 1902, para edifícios privados da capital — e Norte Jr. mesmo cinco vezes, o que é sintomático das preferências culturais em acção, que a revista *Arquitectura Portuguesa* veicularia a partir de 1908. Outras realizações, públicas ou particulares, iam entretanto marcando variadamente esta fase de Lisboa, nos alvares de Novecentos: uma escola médica (inaugurada em 1906), as obras de reforma da Imprensa Nacional, do Governo Civil, do Conservatório, do Museu Militar com o seu portal monumental (Teixeira Lopes), a Voz do Operário (1913, Norte Jr.), o novo Teatro do Gimnásio (já em 1923) e o primeiro cinema feito de propósito, o «Chiado Terrasse» (1911, Tertuliano Marques), os grandes armazéns Grandela (terminados em 1914, com projecto francês), as instalações fabris da Portugal e Colónias (1910), os palacetes do banqueiro

Sottomayor, na avenida Fontes Pereira de Melo (1902-06), o mais pomposamente situado na cidade, dos colonialistas Mendonça, a norte do Parque (1909, V. Terra) e Valflor a Santo Amaro (1904-05), com o seu gosto empolado, uma grande garagem de estrutura metálica devida a Eiffel, na rua Alexandre Herculano (1911) — e duas igrejas, uma que ficou em projecto e concurso discutido, a Imaculada Conceição (1904), com o seu programa neogermânico, e outra que substituiu a dos Anjos (1910), num desenho perfeito de J. L. Monteiro.

O gosto «fin de siècle» em empréstimos ecléticos de estilos, estava presente em todas estas construções, mais ou menos elaborado e muito inclinado para o neo-românico, favorecido por uma certa visão nacionalista empenhada na procura ideológica da «casa portuguesa», em resposta à crise histórica dos anos 90. E esta «casa», tal como o restante gosto epocal, não devemos esquecer que se projectava de Lisboa para os Estoris que então começavam a desenvolver-se. Menor era a influência da «arte nova» que exigia um outro grau de gosto civilizado, e ficou apenas patente em elementos decorativos, trabalhados sobre uma ou outra fachada e em frisos de azulejo, ou, mais curiosamente, na fachada do «Animatógrafo do Rossio» (1907) — e com única excepção de qualidade, já tardia, num prédio da Lapa (1921, rua dos Navegantes, arq. Miguel Nogueira), lembrado de Mackintosh.

Monumentos, o novo século viu proporem-se alguns: aos heróis da Guerra Peninsular, que esteve para ser um arco de triunfo apresentado em 1909 por V. Terra para dar entrada ao Campo Grande, e no

mesmo local (Oliveira Ferreira), o que seria o mais naturalista dos monumentos de Lisboa: foi inaugurado em 1933, um ano antes do monumento a Pombal, iniciado em 1914 (Adães Bermudes, F. Santos), ambos ao cabo de obras arrastadas. Entretanto, em 1909, inaugura-se, na rotunda seguinte à de Pombal, a estátua (de Tomás Costa) do seu neto, o duque de Saldanha, último dos marechais do Liberalismo a ter (e este com maior destaque) memória na capital. Antes, em 1902, celebrara-se Afonso de Albuquerque, em Belém, ao alto de uma longa coluna neo-manuelina (de Costa Mota) e, em 1903, erguera-se, ao Chiado, o excelente busto de Eça de Queirós (de Teixeira Lopes) — que, de certo modo, fecharia um ciclo cultural, se, porém, como vimos, este não se prolongasse em estruturas de produção e de gosto. Para trás ficara a ideia de um monumento a Fontes Pereira de Melo, com primeira pedra pousada e esquecida em 1888...

Lisboa capitalista nasceu com as certezas que Fontes infundira na pátria constitucional e conforme uma necessidade social e económica, e simbólica também. Assim acontecera já no tempo de Pombal, com um terramoto a favor — e, tal como ali se verificará depois, na passagem de Setecentos para Oitocentos, também na urbe da transição dos séculos seguintes o capitalismo nacional, sempre fruste, degradou a imagem da cidade em arquitecturas miseráveis. Rapidamente, então, os «gaioleiros» e os «patos bravos» encheram Lisboa, abafando quaisquer veleidades de gosto num não-valer-a-pena mercantil...

Assim, e com capitais que a Guerra produzira, somados aos do comércio das Áfricas, se apresentava Lisboa cerca de 1920. Contava então 485 000 habitantes: na década anterior a população aumentara mais de 10 %, mas durante os dez anos seguintes ela cresceria de mais 20 %, somando 592 000 habitantes em 1930 — mais 240 000 do que no início do século, mais do dobro de quando a avenida da Liberdade marcara o seu arranque definitivo, cinquenta anos atrás.

Nessa altura se reclamaria que dos seiscentos prédios licenciados em 1932 só dez eram da responsabilidade de arquitectos, e afirmar-se-ia que 99 % dos edifícios existentes eram produto de mestres-de-obras que satisfaziam o mercado dos capitais atraídos pelo imobiliário.

A última planta da cidade datava de 1911 e era isso causa de um crescimento algo arbitrário. Em vão Adães Bermudes propunha na Câmara a nomeação de uma comissão de melhoramentos em 1918. Dois anos depois, uma Sociedade Financeira, Lda., apresentaria à Câmara um vasto plano de desenvolvimento sectorial da cidade, acenando com uma urbanização de

edificações modestas numa zona de 600 ha, entre Santa Apolónia, Alto de S. João e Penha de França, compensada com outra, de alto *standing*, a norte do Parque Eduardo VII, até à Palhavã, cobrindo 700 ha num «grande bairro de França». Além do desenvolvimento das Avenidas Novas, previa ainda o plano da empresa o prolongamento da Av. Joaquim António de Aguiar, bifurcando para Campo de Ourique e Campolide, o da rua Tenente Valadim para ligar a Av. 24 de Julho à Estrela (viria a ser a Av. Infante Santo, muito mais tarde), e já o da Av. Almirante Reis até ao Arieiro, assegurando a saída para o Norte, em substituição da «impossível» estrada de Sacavém, com simultânea cobertura da orla do Arco do Cego. Uma estrada do Jardim Zoológico à Luz, com 3 km, a Av. de Ceuta, partindo da Av. 24 de Julho por Alcântara (sobre o caneiro) até Benfica, destinado a um «grande, populoso e imponente bairro operário», são outras propostas da empresa que se interessava também pela alteração do Rossio, então em curso, com sacrifício da grande placa decorativamente empedrada.

Planos estes assaz díspares e mais uma vez vãos: a cidade desenvolvia-se, pelo contrário, sobre arruamentos já existentes ou à margem deles, como o bairro Brás Simões, a poente da avenida Almirante Reis, depois chamado de Inglaterra, com nomes de ruas apropriados, e que seguira, na desordem urbana, o exemplo do bairro Andrade, mais para sul. Era, aliás, essa a zona da cidade mais activa em obras que iam crescendo também pela Morais Soares e vizinhanças, de um e outro lado, e haviam de passar, nos anos 30, acima do Chile, esboçando o bairro dos

Actores em torno duma praça-mercado; em concorrência, as avenidas Novas povoavam-se igualmente, sempre em *standing* superior. Uma vasta zona a poente do parque Eduardo VII teve também então realidade, já nos anos 30, tal como uma ligação traçada rectilaneamente entre o Rato e o jardim da Estrela, a avenida Álvares Cabral (com o seu monumento ao navegador, oferta brasileira em 1940), onde existia já, desde 1909, o liceu Pedro Nunes; em ambos os casos se acolhiam prédios de rendas elevadas. Um bairro das Colónias, a poente da Almirante Reis, pouco antes, teve prédios medianos, e bairros da Bélgica e de Londres, ao Rego, outros, mais modestos — enquanto, entre 1927 e 37, se malogravam, uns após outros, uns doze bairros camarários, de rendas económicas, e, nos anos 20, o bairro da Liberdade, a Campolide, regenerava as suas barracas. Por outro lado, de 1930 a 37, o bairro Azul, a nordeste do parque, atraía, pelo seu luxo, um inquilinato mais exigente — embora os seus prédios também não conhecessem traça de architectos. Outra ordem de construções, de moradias de elementos prefabricados por uma empresa italiana, instalava-se cerca de 1930 nas Telheiras, além do Campo Grande, num bairro «modernista» sem futuro, ou, com maior luxo, ao Arco do Cego, numa zona que dependia já então da nova urbanização accionada pela obra grande do Instituto Superior Técnico, iniciada em 1927. E nas traseiras de um bairro social ineficazmente proposto pela I República em 1919 e só terminado pela Ditadura em 35, dentro do qual devia nascer um primeiro liceu «modernista» já projectado em 1930.

Um sinal da importância dos novos bairros, cujo desenvolvimento populacional exigia satisfação de lazeres, é-nos dado pelos cinemas que começaram, nos anos 30, a surgir fora do centro da cidade, já com mínimos cuidados de arquitectura: assim nas avenidas Novas o «Trianon» (hoje «Avis», 1930), assim na Almirante Reis o «Lys» (hoje «Roxy», 1930), à Moraes Soares o «Pathé» e o «Max-cine», na Álvares Cabral o «Jardim» (hoje «Monte Carlo», 1931), em Campo de Ourique o «Paris» e o «Europa» — pontuações bairristas cujo estatuto cultural dependia do estatuto social do próprio bairro.

Nesta Lisboa que crescia e ia ganhando hábitos urbanos sobre a rusticidade dos novos locais, logo em 1921 e ainda em 25 se anunciaram linhas de metropolitano que deviam multiplicar o débito das carreiras de «eléctricos» inauguradas no início do século, como vimos. Projectos espanhóis ainda precoces, eles não deixavam, porém, de traduzir uma necessidade de transportes que o afastamento dos novos bairros justificava.

O momento parecia assim chegado de impor alguma ordem na vida urbanística de Lisboa, e em 1926 a Câmara Municipal nomeou uma comissão para estudar um plano de conjunto. Dos seus trabalhos resultou a necessidade, por alguns patrioticamente contestada, de fazer vir um famoso urbanista francês, J. C. Forrestier, que em 28 deu conselhos apropriados e forneceu traçados. Mas, em 1933, outra comissão foi nomeada, com idêntico fim, após um severo relatório sobre as premências urbanísticas da cidade em «desorientada expansão», com «traçados desligados de uma ideia de conjunto». Novos

arquitectos insistiam em tal globalidade e atacavam, como «vergonhosa», a actuação gestonária e técnica do Município, sublinhando o sacrifício que se ia fazendo a «interesses meramente particulares».

Em 1933 ainda, foi chamado um novo urbanista francês, A. Agache que também aconselhou e traçou planos pontuais: o processo aproximava-se do fim e, no ano seguinte, a Câmara promoveu uma série de conferências para motivar a população, promovendo o levantamento de uma planta da cidade que em 1938 ainda era esperada, mas da qual, então, resultou um plano director concluído em 1949. Já em 38, porém, como veremos, nos encontraremos no limiar de nova situação da cidade.

Em 1934 a Câmara, atendendo uma intervenção da Sociedade dos Arquitectos, nomeara uma comissão para tratar da estética citadina, apreciando ruas e prédios a construir; mas, no mesmo ano, a própria municipalidade abriu concurso para «regularização da fisionomia arquitectónica do Rossio» que assim ficava votado a profundas alterações, projectadas por vários arquitectos, com desrespeito pelo seu valor histórico — que, aliás, em toda a baixa pombalina era ignorado, em reconstruções pontuais, desde o banco de Ventura Terra, em 1906, sempre a favor de uma aparente modernização de equipamentos mercantis (Crédito Predial, 1920-25, na rua Augusta; banco Burnay, 1915-20, nos Fanqueiros; banco de Angola, anos 30, rua da Prata; banco de Fomento, 1919, rua da Conceição; hotéis Metrópole e Francfort, 1914, Rossio e rua Augusta; agência Havas, 1922, rua Áurea).

Outros valores a cidade prezava, na sua pressa de nova-rica nestes anos da Guerra e seguintes. Eram os clubes da Baixa (como o «Monumental», em 1917, com a sua curiosa cenografia em estilo «árabe», ou o «Bristol», que em 1925 teve arranjos modernistas, ou o «Maxim's» instalado nos luxos do palácio Foz), os cafés do Chiado (com a sua colecção de pintura a «Brasileira», e a sua decoração «arts-déco» o «Chiado», em 1925 e 27) e, depois, do Rossio, numa campanha de concorrências, ao longo dos anos 30 (série «Chave d'Ouro», «Brasileira», «Portugal», precedida, em 1932, pelo «Palladium», aos Restauradores, e terminada, em 1943, pelo «Cristal», na Avenida) — obras dos melhores arquitectos modernistas (como Cristino da Silva ou Cassiano Branco); e eram também por estes abrilhantadas as novas lojas que, na Baixa e pelo Chiado, iam nascendo já desde o fim dos anos 20, a exemplo da «Loja das Meias» (1930-31, Raul Lino).

Não são de negligenciar estes sinais de vida urbana, nem outros, como a publicidade luminosa, já encarecida em 1928 e que seis anos depois começaria a contar com os «néons» mais vistosos: era assim que, a pouco e pouco, Lisboa deixava de ser a cidade «abandonada e suja» que os magazines criticavam ainda em 1925. Ou que, em 1929, interrogavam para saber, dos mais jovens arquitectos, o que era mais urgente fazer. Tudo estava então por fazer, dizia um, era preciso urbanizar a sério, acudia outro, enquanto outro apontava a necessidade de bairros económicos, e outro ainda lembrava que a alavanca deveria ser uma autêntica Escola de Belas-Artes — onde, naturalmente, o ensino de arquitectura se reformasse, como aconteceria em 1932, com alguma vantagem e

sobretudo com a entrada, para o ensino, de Cristino da Silva a quem Lisboa ficaria a dever do melhor e do pior, ao longo de cerca de quarenta anos da vida de ambos.

Estes anos, quanto a gostos e estilos, começam a contar-se em 1925, com o projecto de Cristino para um cinema-cervejaria no interior do Parque Mayer, recinto popular em evolução desde 22. O «Capitólio» só inaugurado em 1931, quando a entrada do parque recebeu decoração «arts-déco» que com a do cinema se acordava, é a primeira obra «modernista» da arquitectura nacional — e iria propor uma linha muito discutida e de variada sorte.

Depois de certas estilizações modernizantes na Baixa (e, ao Chiado, a companhia dos Telefones, 1925, E. Touzet — logo considerada, em oposição ao vizinho e contemporâneo teatro do Ginásio, «construção europeia»), a grande exposição parisiense de 1925 ecoava em Lisboa, em termos mais estruturais com Cristina (que então voltara de Paris) e mais superficialmente decorativos em outros arquitectos — e, sobretudo, em simples construtores civis (ou engenheiros) de muitos prédios que se multiplicavam pelas ruas da cidade já nos anos 30, e que das «arts déco» tiravam elementos de desenho mais vistosos. Assim se encontram prédios na Almirante Reis e no seu prolongamento, na António Augusto de Aguiar, a seguir ao Bairro Azul, em todas as avenidas Novas, até ao Campo Pequeno, nos bairros laterais da Avenida em toda a sua extensão, em S. Mamede, praticamente em todos os locais de construção deste período — e é sempre uma mesma fórmula de longas pilastras estilizadas, assim como

frontões vindos ainda do neo-românico, com almofadas de decoração geométrica e aplicações de mosaicos multicolores ou dourados, além de gradeamentos de portas e sacadas (em «corbeille» ou não), de desenho estereotipado. O eng.º A. J. Ávila Amaral produziu dezenas de prédios deste tipo — mas o melhor, uma moradia da avenida Cinco de Outubro (n.º 215, prémio Valmor em 1929), foi desenhado pelo jovem arquitecto Pardal Monteiro, com raro requinte de gosto.

Entre o gosto «arts-déco» e o «modernismo» arquitectónico, em Lisboa a ligação é imediata, logo através de Pardal e Cristino que vão ser, com Cottinelli Telmo e Carlos Ramos, os primeiros autores de obras de formas internacionalizadas pelo geometrismo nacionalista de Corbusier e do Bauhaus, ainda nos anos 20.

Já vimos a importância do «Capitólio» e devemos notar o vasto projecto de C. Ramos, em 1927, para o Instituto de Oncologia (reduzido, de sua autoria, ao Pavilhão do Rádio) que seria o primeiro grande hospital programado na cidade, já longe do centro, assim como o projecto do liceu D. Filipa de Lencastre, do mesmo, exposto em 1930; de Pardal Monteiro houve o grande pavilhão da Ford, desenhado em 1930, e a Estação do Cais do Sodré (1928) — à qual Cottinelli, autor do pequeno pavilhão da Fiat para a Avenida, em 1926, daria réplica com a Estação de Sul e Sueste, inaugurada em 1931.

Em 1930, o catálogo do I Salão dos Independentes (que marca uma nova fase do modernismo português, já menos polémica) menciona «edificações modernas» destes arquitectos e de outros mais, proclamando

assim a existência dum grupo mais ou menos aguerrido de que Lisboa beneficiava — e ia beneficiar, no decénio seguinte. Edifícios oficiais, às Avenidas Novas, da Estatística (1931-35, Pardal), da Moeda (1934-36, J. Segurado), uma grande piscina em Algés (1930-32, R. Tojal), uma grande garagem à Almirante Reis (1933, H. Barros), um hotel de luxo (o «Vitória», na Avenida, 1936, Cassiano Branco) e um cinema, edifício único cuja grandiosidade se comparava à das grandes salas parisienses dos anos 30: o «Eden» (1930-37), do mesmo arquitecto, que, nos Restauradores, concorria com o «Tivoli» erguido na Avenida em 1924 (Raul Lino), opondo ao estilo clássico deste um modernismo ainda ligado às «arts-déco», e marcando, com ele, os pólos duma sumptuosa arquitectura de distracção que já, ou entretanto, convinha a Lisboa — tais são as construções de relevo do modernismo lisboeta, que foi ainda responsabilizado por um primeiro bairro de casas económicas, Bairro Salazar, ao Alvito (1937, P. Montês).

Envolvendo cronologicamente estas espécies, temos, porém, duas obras de Pardal Monteiro, que, em certa medida, marcam o princípio e o fim da fase de Lisboa «modernista»: o Instituto Superior Técnico, estudado já em 1927 e terminado ao longo dos anos 30, e a Igreja de Fátima, em 1934-38. Esta, perto do sítio do Rego, daria origem a uma nova urbanização ligada às Avenidas Novas; mais dinamicamente, o I. S. T. promoveria toda uma urbanização em torno do Arco do Cego e que, a nascente, desceria ao prolongamento da Almirante Reis, num novo programa urbanístico. Complexo de grande

importância no seu notável sentido espacial e com o seu imediato sinal tecnológico, o I S. T. garante o projecto da nova Lisboa — a que Fátima, discutida pelo catolicismo mais conservador, assegura uma fé renovada em formas artísticas de vanguarda.

Estas sucessivas vitórias do «modernismo» não deixavam, porém, de sofrer constante oposição duma opinião pública sem hábitos culturais, e da própria crítica, ainda em 1938 indisposta com os «caixotes de Moscovo e de Munique» (T. R. Colaço), alheios à tradição nacional — tradição que Raul Lino evocava e confundia sempre com a verdadeira arquitectura, já que a actual seria apenas «construção». De resto, a revista *Arquitectura Portuguesa*, seleccionando nas suas páginas as últimas criações, dava preferência a uma linha estética designada por «tradicional portuguesa», em face de outras duas, «nacional modernizada» e «portuguesa moderna», esta última compreendendo, no entendimento da revista, formas internacionais que o cimento armado ia facilitando pelas novas ruas, com balcões bojudos e opacos e alguns terraços de cobertura que o clima faria abandonar em breve. Após a influência das «arts déco», que vimos, desde meados de 30 um novo formulário alastrava, ainda mais sujeito a gradações de qualidade conforme os capitais empregues e os bairros. O *atelier* de Cassiano Branco foi então um dos mais prolíferos, dentro de certo nível estético e isso significava um maior emprego de architectos nas obras da cidade.

Obras que podiam também ficar em sonho, como o Palácio da Justiça de que em 1933 voltava a falar-se, perguntando-se que estilo havia de ter, e onde se ergueria; ou como um Palácio da Agricultura, esse

com planos tradicionalistas. Ou como um arranha-céus de vinte e seis andares, projecto espanhol para a Avenida Fontes Pereira de Melo, em 1938, e uma Cidade Universitária ou uma Cidade Olímpica, em 1933 e 34, imaginadas para o Campo Grande.

Obra mais importante seria, porém, a do prolongamento da Avenida da Liberdade, com arranjo do seu Parque cimeiro que já vimos ser objecto de projectos de urbanização de Fialho e de V. Terra. Agora, e depois de outros que vinham já do século passado, era Cristino da Silva quem apresentava planos de fôlego, em 1932, após um período confuso em que se defrontavam duas teses, de prolongar ou fechar no seu parque o alto da Avenida — que continuava a ser, nesta altura da vida da capital, o fulcro simbólico da sua categoria urbana.

O parque, atravessado por uma encruzilhada de avenidas que levariam a Monsanto, a Carnide, ao Lumiar e ao Campo Pequeno, anúncio de larga urbanização futura, era uma hipótese que higienistas apoiavam, e Forrestier corrigiu tecnicamente, num «projecto de europeização» que teve adeptos polémicos. Obras menores, visando a encerrar o espaço, foram no entanto levadas a efeito pela Câmara, com prejuízo do projecto desejado — que, por circunstâncias políticas favoráveis, pôde ser retomado por Cristino e oficialmente aprovado em Outubro de 1932, mau grado oposições e intrigas, e contando com opiniões abalizadas da Sociedade N. de Belas Artes. Mas ainda não foi então que a obra se definiu — e o parque de cerca de 400 000 m² ficou sem Palácio de Justiça nem estátuas ou arcos de triunfo, e apenas com um Pavilhão de feira

aproveitado em 1932 da exposição no Rio de Janeiro de 1922, em estilo «D. João V» de agrado certo (Rebelos de Andrade; depois Pavilhão de Desportos). Desde então, a grande extensão de árvores e relvado, único parque central da cidade, tem o destino suspenso, pendente de possíveis hipóteses de urbanização para Norte da cidade, entre Sete Rios e Campolide.

À entrada do Parque ficou, em 1934, o monumento de Pombal cuja origem oitocentista conhecemos e que é, esteticamente, o padrão da própria Avenida, que ela nunca atingiu em edificações. Entretanto (1931) inaugurava-se mais abaixo outro monumento, mais moderno (Maximiano Alves), consagrado aos Mortos da Guerra, cuja primeira pedra fora lançada em 1923. Quem a lançou, António José de Almeida, teve também estátua moderna (Pardal e Leopoldo Almeida) inaugurada em 1937 — a primeira a erigir-se fora da zona tradicional da cidade, junto ao bairro novo promovido pelo I. S. T., efeito dos novos tempos.

Estes iam então sofrer uma enorme mutação, graças a Duarte Pacheco, que vimos mandar estudar um plano de conjunto para a cidade, em 1938. Ele fora então nomeado Presidente da Câmara e de novo Ministro das Obras Públicas, até morrer, em 1943, acumulando na prática as duas funções, como homem de confiança de Oliveira Salazar, passada uma provisória desgraça, em 1936, quando se aprontava para promover a construção duma ponte sobre o Tejo, lançada do Beato a Montijo.

Uma nova fase da vida de Lisboa começaria nos finais de 30: em 1938, o próprio chefe do Governo

afirmaria numa entrevista que «os arquitectos e os urbanistas (na vida actual) teriam cada vez mais que fazer».

8 / A CIDADE DO ESTADO NOVO

O plano de urbanização começou a estudar em 1938 foi definido sob a directa autoridade e graças à energia de Duarte Pacheco, presidente da Câmara, que chamou como consultor o urbanista E. de Gröer, presente de 1938 a 40. Uma outra cidade começou a nascer ali, como projecto ordenador, corrigido e melhorado durante os anos 40 — nova etapa após a pombalina e a dupla etapa da Avenida e das Avenidas Novas, que levavam já sessenta ou cerca de quarenta anos.

Na base do novo processo estava a opção legalizada de a Câmara assumir a iniciativa e o exclusivo de urbanizar a área concelhia — e para isso logo começaram aquisições e expropriações de terrenos que, até 1951, deram ao município a posse de 35 % da superfície total, ou seja 2800 ha, e a possibilidade consequente de comercializar 135 ha para os bairros programados, numa operação rentável.

Em 1940 Lisboa contava 694 mil habitantes e calculava-se que, em 1970, ultrapassasse o milhão, que havia de ocupar, enfim, a área decretada em 1895, e de novo em 1903, incluindo os sítios limítrofes de Olivais, Encarnação, Charneca, Ameixoeira e Carriche, na fronteira do concelho de Loures, deixando dentro Lumiar, Carnide e Benfica, e, já contra o concelho de Oeiras, Buraca e Caselas, até ao

limite de Algés, sobre o rio. Tal era a planta de Lisboa nos anos 40, que a nova municipalidade ia começar a assumir na íntegra, com o seu plano director.

As linhas de força deste plano, chamado o «plano De Gröer», são marcadas por uma série de radiais entroncadas nos grandes arruamentos citadinos: a ponte, a Avenida Almirante Reis continua pelo Arieiro até à Encarnação, com saída para o Norte do País; ao centro, as Avenidas da Liberdade-da República-Campo Grande continuam até ao Lumiar donde se passa a Carriche, com outra saída para o Norte; ou, pela linha da Av. António Augusto de Aguiar, por S. Sebastião e Palhavã, para uma área entre Paço do Lumiar e Carnide. Entre Campolide e Campo de Ourique, e com nascente na Rotunda do Marquês de Pombal, passa uma auto-estrada a caminho dos Estoris, atravessando um parque florestal de 900 ha, a plantar na serra de Monsanto. Pela beira-rio, para os dois lados do Terreiro do Paço, partem vias para Leste, por Xabregas, Beato e Marvila, até Olivais, e para Oeste, por Santo Amaro, Belém e Pedrouços, até Algés — e, depois, uma Estrada Marginal de considerável benefício turístico, até aos Estoris.

Todos os sítios de saída da cidade em meados de Oitocentos eram então ignorados, ou porque se consideravam ultrapassados há muito, nas regularizações de princípios do século (Arroios, Picoas, S. Sebastião) ou porque não interessavam mais a uma prática urbana muito alargada (Campolide, Campo de Ourique, Alcântara).

Às radiais articulavam-se, porém, para formar a nova rede, uma série de circulares que começavam

por circunscrever a cidade nos seus limites concelhios e depois se apertavam numa 2.^a Circular a partir da Matinha, pela Portela de Sacavém (Aeroporto), Norte do Campo Grande até ao limite Norte do Parque de Monsanto; numa 3.^a Circular que do Beato (donde continuava a pensar-se fazer partir uma ponte para o Montijo), por Chelas, Arieiro e Entrecampos (no primeiro troço seria a Avenida Humberto Delgado, no segundo a dos Estados Unidos) ia a Sete Rios e ao limite de Monsanto; e numa 4.^a Circular que de Xabregas, por detrás do Alto de S. João, ia à Praça do Arieiro e daqui, pela nova extensão da Avenida de Berna, chegava a Palhavã, descaindo depois para Monsanto, à altura das Águas Livres-Campolide — linha da Circunvalação de 1852 mais alargada numa espécie de sector circular, metendo nos seus limites a cidade em sentido estrito de maior densidade de habitação. À margem desta, o vasto Parque de Monsanto atravessado por estradas e com logradouros apropriados (Montes Claros, arq. Keil Amaral) era circundado pela Avenida de Ceuta, tangencial aos Prazeres, a Campo de Ourique e a Campolide, a S. Domingos e ao Calhariz de Benfica, sobre ela se rebatendo as circulares. Ainda uma grande via ligaria o rio pelos Olivais ao Aeroporto (Avenida Gomes da Costa) e outra duplicaria a 2.^a Circular a partir da Portela do Aeroporto até ao Campo Grande (Avenida do Brasil) e dali ao Bairro da Quinta da Calçada, contra a radial Palhavã-Paço do Lumiar-Carnide.

Esta larga malha, estudada para várias hipóteses de circulação que se apresentavam, realizando-se embora muito lentamente, devia condicionar o

desenvolvimento de Lisboa nos seus novos bairros e arruamentos, conformes às linhas de força planeadas. Depois, tratar-se-ia de preenchê-los dentro dos seus limites e assegurando a relação urbana que entre eles se estabelecesse numa organicidade controlada. Por toda a planta da cidade-concelho, assim definida e estabelecida, caminhos antigos e rústicos ficavam aguardando destino, positivo ou negativo conforme novas exigências técnicas — que passavam pela distribuição de água e pela rede de esgotos, preocupações não menores de Duarte Pacheco.

A zona da nova cidade mais imediatamente tratada foi a do Arieiro, ao extremo da Avenida Almirante Reis já prolongada além do Chile e cortada pela Alameda D. Afonso Henriques, grande via nobre, da largura da Avenida, que devia descer do I. S. T. (logo pensada, à fundação deste) e prolongar-se contra uma colina fronteira, ligada ao Alto do Pina. Sustentando-a, uma fonte monumental (a inaugurar em 1940) remataria a perspectiva (arq. Rebelos de Andrade, esc. Diogo de Macedo, Maximiano Alves e J. Barradas).

A Norte desta Alameda estendeu-se um bairro medíocre, *pendant* do dos Actores, a Sul; mas, pouco adiante e paralela à Avenida da República-Campo Grande, traçar-se-ia a Avenida de Roma que ia ser eixo, a ponte, duma vasta urbanização sucessivamente agenciada no chamado Bairro de Alvalade, de *standing* mediano, de um e outro lado duma Avenida da Igreja e depois, no prolongamento dela, até ao Bairro do Montepio, dito das Salsichas. A partir da rotunda de acesso ao Campo Grande, por seu lado, desenvolveu-se a Avenida dos Estados Unidos (pela 3.^a Circular), de edificações de maior

porte e melhor tratamento arquitectónico, cujo termo se fixa em torno de 1958. Foi essa a grande mancha de urbanização, já em parte estudada por um especialista formado em Paris, Faria da Costa. Antes, porém, e para dar o diapasão à intenção do Município, a praça central do Arieiro teve um projecto monumental em 1938, da autoria de Cristino da Silva — que, assim, servindo os desígnios de Duarte Pacheco, assumiu a responsabilidade artística da nova Lisboa «capital do Império» do Estado Novo.

Edifícios severos, com arcarias, um torreão ao topo, e um estilo tradicionalista, de inspiração seiscentesca na sua estrutura e elementos normalizados de decoração de cantarias e cor — formam a terceira praça da história lisbonense, após o terreiro pombalino e a rotunda da Avenida, com idêntico valor simbólico. Um monumento aos colonizadores de África, nunca erigido, sublinharia tal valor, lembrando a origem dos capitais empenhados na empresa urbanística da praça salazarista e dos bairros por ela comandados.

Em luxo de muitos andares de rendas altas ou numa triste modéstia de pequenas casas logo abafadas na cidade alheia, estes bairros procuraram conciliar gostos e interesses, carências e imposições com um variado sucesso que imprimiu à zona, cidade já independente da Lisboa de Oitocentos em muitos dos seus aspectos económicos e sociológicos, uma imagem que adjectivaria os seus habitantes e consumidores.

Um grande rectângulo de cerca de 3 por 2 mil metros de lado, deitado sobre a planta da cidade de meados de 70, a Norte de D. Estefânia e a poente da

Fonte Monumental, quase iguala, em valor absoluto e densidade, aquela que, logo para Sul daquela linha e até ao Tejo, se verifica, dentro de idênticos parâmetros laterais — o que mostra o ritmo intenso da ocupação dessa zona da área metropolitana, em 1940 ainda em grande parte por traçar.

Mas também para Oeste houve edificação importante, e logo em 1943 nas Avenidas António Augusto de Aguiar e Sidónio Pais, marginal do Parque Eduardo VII, onde se definiu, sob a responsabilidade de Cristino, o estilo conveniente à cidade que se pretendia nobilitar em prédios arredados de toda a suspeita modernista dos anos 30 e ainda 40. Ali (como na Alameda D. Afonso Henriques e na Rua D. João V, às Amoreiras), alguns dos melhores arquitectos do modernismo português sacrificaram cordatamente ao novo gosto do tempo oficial, em contraste com suas realizações inovadoras ainda recentes. Por seu lado, contrastando essa arquitectura tradicional estilizada, dez anos depois, no bairro «das Estacas», ao Arieiro (arq. R. Athouguia e F. Sanches, 1949-54), na Av. dos Estados Unidos e, depois, na Avenida do Infante Santo, aberta em 1954 (em construção em 62) e articulada com a Lapa antiga, a liberdade de soluções foi maior — exigida já por uma nova geração de arquitectos.

Se em Campolide e em Campo de Ourique, aumentando os bairros já existentes, houve movimento de construção considerável, ao longo das estradas de Benfica e da Luz, ou, já em 1960, marginando a do Lumiar (Quinta das Mouras), e em zonas inteiramente novas, já com acesso pela auto-estrada da Costa do Sol, também se multiplicaram,

desde os anos 50, as habitações de variado estatuto social, mas geralmente elevado para maior rentabilidade.

A Norte da Estrada da Matinha, uma vasta zona foi ainda construída em *standing* médio, a partir de Olivais velho, em dois bairros sucessivos, Norte (1955) e Sul (1960) — nos quais se verificou notável e rara originalidade urbanística.

Ao mesmo tempo, porém, e já antes (desde o «Bairro Salazar» pioneiro, em 1937) ou ainda depois, definiam-se, dos anos 40 a 60, bairros mais modestos, «de casas económicas», na Encarnação, na Madre de Deus, em Caselas, no Alto da Serafina, na Calçada dos Mestres, nas Terras do Forno, no Caramão da Ajuda, em Santa Cruz-Benfica, numa intervenção social do Estado Novo que não bastaria para satisfazer o crescimento demográfico e sobretudo acolhia uma população pequeno-burguesa — que sempre insuficientes transportes públicos e o metropolitano desde 1959 levam e trazem dum centro distante. Esses núcleos foram a breve prazo (logo desde 1938) completados por bairros de casas desmontáveis, de placas de fibrocimento, em programas empíricos mais urgentes e mais económicos (Quinta da Calçada, Boavista, Furnas). Complemento mais natural foi também, desde então, constituído por bairros edificados em sólido mas de construção clandestina, sem apoio urbanístico, múltiplas iniciativas toleradas de especuladores privados — na Charneca, pelo Arieiro, em Chelas, em Benfica, em Carnide... Nem uns nem outros, todavia, podiam suprir grupos aldeados de construções ocasionais, «bairros de lata», anteriores ou posteriores,

por todo o lado brotados, mesmo à beira de zonas de luxo (vale de Alcântara, Chelas, Arieiro, Olivais) onde se empilham mão-de-obra fabril (também mais recentemente de origem colonial) e marginais sem protecção, em condições piores que as das «ilhas» ou «pátios» oitocentistas, aliás não desaparecidos nas cidades sucessivas. E sem esquecer que, em meados dos anos 70 (que aqui convém encadear), o retorno duma população expulsa ou fugida das antigas colónias descolonizadas, veio provocar sucintos aldeamentos de construções provisórias, sob responsabilidade oficial (na Luz, ao Estádio, no Arieiro, ao Pote d'Água).

Uma outra situação importa finalmente inventariar: os dois tipos de urbanização «residencial» que, ao mesmo tempo ou anteriormente, pelos anos 40 e 50, se realizarão no extremo poente da cidade, ao Restelo, um de vivendas modestas, outro de grandes moradias de luxo. Estas últimas resultaram da urbanização da cerca da Casa Pia, talhada quando da Exposição de 1940. Tal como os que viram a luz na Avenida do Aeroporto (ou os que chegaram até aos Estoris), os palacetes do Restelo marcam uma posição significativa na sociologia da cidade: patenteiam eles o gosto infeliz duma classe social definida pelo poder económico que sustentava o regime, e por escassa cultura e menor inteligência estética. Constituindo os sinais mais visíveis do *plafond* sumptuário privado dos anos áureos do governo salazarista, estas construções permitem-nos entender como era inconsistente o programa «imperial» da Praça do Arieiro — e como entre ele e as realizações dos detentores desse

«império» se degradou a imagem algo utópica que Duarte Pacheco pretendia acreditar, na cidade nova.

Mas a acção de Pacheco, em Lisboa e nas Obras Públicas, foi em breve posta à prova pela Exposição do Mundo Português que, em 1940, teve um profundo papel ideológico na vida nacional e da «capital do Império». Animada por ele e dirigida por Cottinelli Telmo (com o principal pavilhão projectado por Cristino) foi uma brilhante empresa de todas as artes, fim do modernismo que se processara na arquitectura portuguesa desde há um quarto de século — e, para além do seu imediato impacte na vida da cidade espectadora duma arquitectura precária de festa, a exposição acarretou transformações na Praça do Império, defronte dos Jerónimos quinhentistas, e um plano de grandes construções oficiais (Palácio do Ultramar, ministérios) que, desde 1951, foi sonho incansável de Cristino da Silva, imaginando em vão toda a zona de Belém monumentalizada.

Outro projecto de relevo abortado foi o Palácio da Cidade que, nos anos 40 (e de novo em 1960), se pensou levantar ao cimo do Parque Eduardo VII, num complexo centro cultural (Keil Amaral e depois Chorão Ramalho) — em que a cidade, pouco afeita a este domínio, oficialmente hesitava.

Mais palácios foram, porém, construídos, ao longo dos anos 40 a 70, e logo ao lado, enfim, o da Justiça (1960-70, Januário Godinho e J. Andresen). Palácios e equipamentos de utilidade pública para novas necessidades da cidade-capital e das suas relações com um mundo mudado foram rapidamente programadas por Duarte Pacheco e, depois dele, tiveram natural continuação social e política. As comemorações de

1940 foram sublinhadas por grandes obras então terminadas ou em curso acelerado — como as Gares Marítimas (Pardal, com frescos de Almada Negreiros) ou fluvial (Cottinelli), ligadas às obras do porto de Lisboa atentamente acompanhadas por Pacheco, o aeroporto (Keil Amaral), a auto-estrada e o viaduto e a marginal para os Estoris, o Estádio (Jacobetty Rosa), os museus de Arte Popular (Veloso Reis) e de Arte Antiga (ampliado pelos Rebelos de Andrade), a Assembleia Nacional, finalmente terminada por Cristino, com boa, embora incompleta, envolvimento urbanística. Depois, seria a vez da Central Telefónica do Aterro (1942-53, Adelino Nunes) — enquanto não chegava o tempo das magnas instalações dos Telefones das Picoas (em construção em 1980, projecto «Gefel») ou, em outro plano de equipamento, da Televisão, na avenida Cinco de Outubro (1979, projecto «Gefel»). Longe do Centro ficaria, em Belém, em 1962, um museu da Marinha (Frederico George), quando o Laboratório de Engenharia Civil (1952, Pardal) e o Instituto vizinho (1961, Godinho-Andresen), do lado nascente do Campo Grande, e a cidade universitária com a Biblioteca Nacional (1957-61, Pardal) e o vasto hospital de Santa Maria (H. Diestel), do lado poente, levavam a esta zona da cidade uma vida específica.

O sector privado, dentro da euforia da capitalização imobiliária, ousou, aqui e ali, edifícios de habitação de maior qualidade. O primeiro a marcar uma rara exigência de «quadro de vida» foi o edifício da praca das Águas Livres, às Amoreiras (1956, N. Teotónio Pereira e B. Costa Cabral), aliás parte de um todo jamais realizado. Observa-se ali um efeito da

consciencialização de uma nova geração de arquitectos já com presença contestatária no I Congresso profissional reunido em 1948 em Lisboa, onde a obra de Duarte Pacheco sofreu severas críticas, a favor de outro sentido estético e social, do habitar e do construir. Entretanto, ainda (1953), respondendo a um inquérito jornalístico, ao contrário de arquitectos modernistas acomodados, N. Teotónio queixava-se da «arquitectura da moda», feita ao «capricho do cliente», «avidez de lucro do construtor» e «preconceitos da autoridade» — arquitectura que Keil Amaral, aliás, achava «pífia e mesquinha».

O prédio das Amoreiras não foi exemplo seguido, dentro dos esquemas de produção denunciados, e só com utência comercial uns quinze anos depois seria possível destacar na área da avenida da Liberdade (que em vão se procurava reprogramar (arquitecto P. Vieira de Almeida) em termos modernos de utência e imagem, já a partir da sede do «Diário de Notícias», 1940, Pardal) meia dúzia de edifícios de boa qualidade arquitectónica — sem contar entre eles os banais arranha-céus «Avis» e «Sheraton», em 1972 finalmente erigidos na avenida Fontes Pereira de Melo (Fernando Silva). Fronteiros na rua Alexandre Herculano, com seus projectos bem estudados, o edifício «Castil» (1973, T. Taveira) e outro que logo aceitou o nome popular de «Franjinhas» (1972, N. Teotónio) serão os melhores exemplos.

Desde os bancos e grandes companhias multinacionais, arredando-se da «city» saturada ou amortecida, para novos ou renovados bairros (Avenida-Avenidas Novas) até a pequenos ou médios agrupamentos de lojas que, sob a mimosa designação

de «boutiques» são sinais apressados de uma incipiente sociedade de consumo, a par dos supermercados, dos «snacks» e de restaurantes de maior e mais cara alimentação, o comércio foi entretanto procurando modernizar-se e adaptar-se ou responder a novos estímulos sociais — que atingiram o auge na tentativa reformista de Marcelo Caetano, cerca de 1970, e que puderam ser recuperados nas ilusões da grande inflação produzida pela II República. Assim, também os hotéis se multiplicaram e agigantaram, desde o «Tivoli» e o «Ritz» dos anos 50 (ambos de Pardal) até ao «Sheraton» e ao «Altis» (1974, F. Miranda), e ao «Penta» (1974, F. George) que instalou os seus dezasseis andares já pela altura da terceira circular de Pacheco — sem que nem sempre neles a quantidade arquitectónica melhorasse a qualidade respectiva.

Igualmente os cinemas se espalharam pela cidade em explosão de utências de lazer, desde o «Monumental» (de 1944, inaugurado em 50, Rodrigues Lima), ao «Império» (1952, começado por Cassiano Branco), das Avenidas Novas ao Arieiro e a Alvalade onde mais duas salas nasceriam nos anos 50 («Roma» e «Alvalade») — antes que, a partir de 1962, se revogasse uma lei antiquada, passando a poder-se abrir cinemas nas lojas de prédios de habitação, com menores despesas de instalação, ainda reduzidas, já em 70, no sistema internacionalizado das salas múltiplas que passaram a modificar a experiência espectacular dos lisboetas. Em 1950, porém, com capitais ingleses, o «S. Jorge», ainda na avenida (arquitecto Fernando Silva), dera a Lisboa a imagem, já um tanto passada nas capitais estrangeiras, da grande

sala de cinema internacional, pondo, no centro da cidade, e em face do «Tivoli» de 1924 e acima do «Eden» de 1937, o ponto final de certos hábitos citadinos que o viver seguinte, na década de 70, banalizará.

Mas outra grande sala polivalente, num complexo arquitectónico único, instaurou um centro cultural da cidade na Palhavã: a Fundação Gulbenkian, com os seus auditórios e os seus espectáculos e congressos, o seu museu e as suas exposições de arte. Projectado em 1960 pelos arquitectos P. Cid, R. Athouguia e A. Pessoa, o conjunto dos edifícios no seu parque marcou uma data na vida de Lisboa, como elemento de urbanização, como realização arquitectural que coroava as propostas dos anos 50, e como nova vivência urbana ou cívica.

Pela mesma altura, a cidade que, após a igreja de Fátima vira construir paroquiais de afluente pretensão modernista (Santo Condestável, 1951, S. João de Deus, 1953, S. João de Brito, 1955), teve em construção a igreja do Sagrado Coração de Jesus, na velha zona de Santa Marta. Com projecto, escolhido em concurso, em 1962, de N. Teotónio e N. Portas, foi inaugurada em 1970, trazendo por seu lado a Lisboa uma proposta de notável imaginação urbanística que imediatamente modelou a vivência do bairro em raros termos orgânicos. Outra e mais ambiciosa modelação de uma zona citadina foi o projecto do largo Martim Moniz, após tentativas que nos anos 40 (Faria da Costa), em 1965 (Meyer Heine) e em 74 (Filipe Lopes) apresentavam propostas imaginosas e monumentalistas, estudadas em profundidade, para articular a Baixa com uma das suas serventias tradicionais, a rua da Palma, estando o último programa a cargo da EPUL, empresa pública de urbanização fundada em 1971 para libertar a

Câmara de acções especializadas de projectos e realizações.

Por outro lado, e durante este longo período, a cidade teve várias estátuas, embora nenhuma fundamental pelo porte. Desde os vultos de escritores de Oitocentos na avenida, cerca de 1945 (Leopoldo de Almeida e Barata Feyo) até ao Santo António (1972, António Duarte) em Alvalade, só o Padrão dos Descobrimentos inventado em 1940 para a grande exposição por Cottinelli e Leopoldo, mereceu especial empenho do Estado Novo ao ser passado à pedra em 1960, após um concurso internacional discutidamente malogrado, e trazendo assim má vizinhança à Torre manuelina de Belém.

A atenção nacionalista prestada ao passado heróico teve ainda em 1940 reflexo em restauros abundantes, na Sé e no castelo de S. Jorge, no afastamento do gásómetro que ameaçava há muito a torre de Belém — mas uma real protecção ao passado da cidade no seu património arquitectónico só em 1967 se esboçou, com o estudo de uma zona a preservar (e de alguns elementos soltos) conforme uma delimitação sensivelmente dentro da Circunvalação de 1852 (J.- A. França) que seria aprovada pela Câmara Municipal em 1970 (presidente França Borges), com efeitos nem sempre assegurados contra jogos de interesses e manhas de construtores. Sem esquecer que o próprio Duarte Pacheco, na sua ânsia de renovação, dera maus exemplos oficiais de demolições e expropriações (nem sempre isentas de prepotência, na aplicação de uma legislação de 1912, esquecida ou por demais esquivada), apesar do plano director que definiu prever protecção e salvaguarda de valores arquitectónicos e naturais.

Esse plano, dito De Gröer, e basicamente devido a Pacheco, concluído em 1948, não ficou por isso terminado e nele continuou a trabalhar um Gabinete Técnico de Urbanização (director eng.º Guimarães Lobato) que, dez anos mais tarde, apresentou um novo plano no primeiro inspirado e com o defeito fundamental de um radiocentrismo que levava a integrar mal os acessos à nova autoestrada do Norte e, já, da ponte sobre o Tejo que entre 1953 e 59 foi estudada (pondo de parte a solução alternativa de túnel) e se começaria a construir em 1962, não mais a partir do Beato mas de Alcântara para Almada. Assim, em 1960, a Câmara decidiu mandar proceder a novos estudos de planeamento que, aconselhados por R. Auzelle, vieram a promover o plano director ordenado em 1963 e publicado em 67, orientado pelo urbanista G. Meyer Heine e, seguidamente, confiado a uma Repartição de Planeamento (arquitecto J. Tudela); esta e o Gabinete Técnico de Habitação, trabalharam no sentido de melhorar e aprofundar soluções — e nomeadamente a da saída para a autoestrada do Norte. Esta, de acordo com o plano director, foi obtida pela inflexão para Nordeste da radial que inicialmente se perdia numa zona neutra entre Paço do Lumiar e Carnide e que, à altura da primeira circular, passa a norte de um aeroporto, entretanto desenvolvido pelo concelho de Loures dentro, enquanto que, para Sul, o mesmo eixo viário prevê ligação aos acessos à ponte por Palma, Sete Rios e Campolide. A esta principal alteração outras se juntaram (zona administrativa, nó ferroviário, múltiplos viadutos), sempre partindo dos planos anteriores que o desenvolvimento subsequente da cidade obrigaria de qualquer modo a rever — até à definição estabelecida e

publicada em 1976, e que, finalmente, e, ao invés de todos os planos anteriores, nunca formalmente aprovados, pôde ser objecto da portaria n.º 274/77 de 19 de Maio de 1977 (presidente da C. M. L. Aquilino M. Ribeiro).

Trata-se de uma cidade alargada, já dentro da definição regionalizada de «Grande Lisboa» anunciada nos anos 50, que mete dentro de um primeiro raio de dez quilómetros áreas dos concelhos de Loures, Sintra e Oeiras e, do outro lado do Tejo, Almada, Barreiro e Seixal, e, de um segundo raio de 25 quilómetros, Alverca, Loures, Sintra, Oeiras e Cascais, ou Montijo e Moita, quase tocando Setúbal, a sul.

A ponte sobre o Tejo, inaugurada em 1966, ligando as duas margens do rio que fez a cidade, prolongou esta num continuum urbano pelo distrito de Setúbal, enquanto as autoestradas para Sintra e Cascais ou para o Norte promoveram outra continuidade do tecido urbano que vai devorando as áreas limítrofes do concelho lisbonense, e não tem praticamente interrupção — albergando, em 1970, no seu todo de nove concelhos (Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro e Seixal) 1 560 000 habitantes, mais 400 000 que em 1960. Estes números passaram na década de 60, e certamente de 70, num movimento demográfico irreversível, a avantajar as áreas extra-lisbonenses onde o progresso se constata, contra o regresso na área da própria cidade que nos anos 60 perdeu 50 000 habitantes (802 000 para 750 000). À saturação da «pequena Lisboa», com os seus problemas económicos de alojamento, respondem as possibilidades teoricamente ilimitadas dos seus arredores não já bucólicos mas transformados em núcleos de

dormitórios de rendas mais acessíveis, sem olhar à qualidade da habitação cumulativa, com graves defeitos sociais.

Em 1974 (6 de Agosto), na sequência da mudança do regime político, procurou-se criar um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) para recuperação dum *habitat* popular degradado, neste caso na cidade, evitando-se assim o perigoso e inhumano êxodo para a periferia. Brigadas de Acção Local (BAL) colaborando com Comissões de Moradores (e recebendo também apoio de uma EPUL de vocação renovada) completaram o quadro de uma política social que a evolução da conjuntura económico-política não deixou desenvolver, e que, em 1980, com uma nova política de venda de terrenos camarários suspensa em 1974, virá a conhecer provável ocaso.

... E, em 1980, Lisboa vive entre o metropolitano e a ponte sobre o Tejo, e, se ainda deste, cada vez menos — numa imagem mais ou definitivamente de terra-firme que contraria a sua vocação tradicional de beira-rio, ou de «enseada amena».

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Este volume (que, conforme o espírito da Coleção, é de «introdução sistematizada» ao seu tema, sobre o qual se sintetiza a informação disponível) não pode apoiar-se, por inexistente, em quaisquer histórias gerais da cidade de Lisboa, considerada no seu urbanismo e na sua arquitectura definidos através dos séculos. Ele utilizou obras parcelares, mas obrigou-se também, em certos pontos, a uma investigação original que poderá servir a futuros trabalhos.

Outra carência de informação sofrida reside no domínio gráfico, de vistas de Lisboa e dos seus monumentos ou pormenores. Raras são as espécies gerais desde 1541 (Sebastien Munster, *Cosmographie oder Berchreibung aller Lâyder...*) e raríssimas as gravuras quando este sistema de comunicação conheceu grande desenvolvimento na Europa, nomeadamente no século XVIII; o mesmo se diria quanto a documentos picturais antes do século XX, e mesmo durante este.

Na realidade, só dois períodos da existência de Lisboa foram estudados, embora com metodologia diversa: *Lisboa Seiscentista* (por Fernando Castelo-Branco, 1.^{as} ed. 1956, 2.^a ed. 1957, 3.^a ed. 1969; dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa) e *Lisboa Pombalina* (por José-Augusto França, 1.^a ed. 1965, francesa e 1966, portuguesa, 2.^a ed. 1977, portuguesa, ed. italiana 1972; tese de doutoramento na Universidade de Paris). Para a Idade Média, deve citar-se a obra de Gérard Pradalié *Lisboa, da Reconquista ao fim do Século XIII* (trad. portuguesa, Lisboa, s/d — 1975), de carácter acentuadamente histórico-económico e político.

Para as restantes épocas da cidade há que utilizar uma bibliografia variada e parcelar, em que avultam trabalhos de olisipógrafos de renome: Júlio de Castilho (*Lisboa Antiga — o Bairro Alto*, 1907, *A Ribeira de Lisboa*, 1893), Matos Sequeira (*Depois do Terramoto*, 1916, *O Carmo e a Trindade*, 1939, *Igrejas e Mosteiros de Lisboa*, s/d), A. Vieira da Silva (*O Castelo de S. Jorge*, 1898, *A Cerca Moura de Lisboa*, 1899, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 1900, *Epigrafia de Olisipo*, 1944, vários estudos recolhidos em *Dispersos*, 1954-60), e ainda Gomes de Brito (*Ruas de Lisboa*, 1935), L. Pastor de Macedo (*Lisboa de lés a lés*, 1960), J. Paulo Freire-Mário (*Roteiro da Baixa antes de 1755*, 1933) e a excelente obra de divulgação de Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa* (s/d. c. 1938). A estas obras há que juntar os documentos publicados por E. Freire de Oliveira (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1882-1911) e por A. Vieira da Silva (*Plantas Topográficas de Lisboa*, 1950) e o *Plano Director* de 1967 (2 vol.). E, ainda, trabalhos mais pontuais, como os de Maria da Conceição Oliveira Marques (*Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa — 1879-1938*, in «Arquitectura», 1969, dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa), Maria João Madeira Rodrigues (*Tradição, transição e mudança — A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*, 1979, tese de concurso docente na E.S.B.A.L.) e Margarida Acciaioli de Campos (*Os cinemas de Lisboa, fenómeno urbano do século XX*, 1980, dissertação não impressa de mestrado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Lisboa), e alguns outros textos de menor envergadura.

Importa ainda utilizar ideias de planos urbanísticos, como de P. J. Pézerat (*Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, 1865), de Miguel Pais (*Melhoramentos de Lisboa*, 1883), de Fialho de Almeida (*Lisboa Monumental*, in «Ilustração Portuguesa», 1906), etc.

Há também que considerar as obras clássicas: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contam algumas coisas (...) que há na cidade de Lisboa* (1554 ou 55), Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620), João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal* (1745-58), L. Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833* (1840), etc. — incluindo aqui artigos de Vilhena Barbosa no «Arquivo Pitoresco», c. de 1860. Igualmente há que consultar as seguintes revistas, entre outras: «Arquivo de Architectura Civil», «Anais da Sociedade dos Architectos Portugueses», «Anais do Município de Lisboa»,

«Arquivo Municipal», «Revista Municipal», «Olisipo», «Construção Moderna», «Arquitectura Portuguesa» e «Arquitectura», onde se encontra vasta informação, nomeadamente sobre o século XX.

As histórias gerais da arte portuguesa não se preocupam em regra, com problemas de urbanismo; pelo contrário, eles são abordados nas obras de José-Augusto França: *A Arte em Portugal no século XIX* (1.^a ed. 1966, 2.^a ed. no prelo) e *A Arte em Portugal no século XX* (1.^a ed. 1974, 2.^a ed. em preparação) — nas quais, além de vasta informação bibliográfica, se encontram numerosos dados utilizados no presente trabalho.

Ainda o volume *Breve História da Olisipografia* de Fernando Castelo-Branco, publicado na «Biblioteca Breve» (1980), contém bibliografia de grande utilidade (também consultável em Costa Garcez, *Subsídios para uma bibliografia geral de Lisboa*, in «Revista Municipal» n.ºs 100/109, 1964-66) Na mesma colecção há que referir os volumes de J.-A. França *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina* (1978), *A Arte Portuguesa de Oitocentos* (1979) e *O Modernismo na Arte Portuguesa — 1915-1940* (1980).

Finalmente, a parte terminal deste trabalho deve uma indispensável informação ao arquitecto José Tudela, chefe da Repartição de Planeamento da C.M.L. a quem o autor endereça cordiais agradecimentos.

*

Várias passagens desta obra descrevem redes viárias, apontando estruturas que resultariam mais claras com o apoio de plantas da cidade e esquemas gráficos. Infelizmente as limitações da colecção não permitem multiplicar as ilustrações e o leitor é remetido para a planta esquemática inicial, a partir da qual se pode habilitar à leitura mais pormenorizada do texto.

TÁBUA CRONOLÓGICA

Séculos XII a VI a. C.	— Ocupação fenícia
195 a.C.	— Chegada dos Romanos de M. P. Catão
61-60 a. C.	— César eleva a povoação a «Colônia Romana» (Felicitas Julia)
57 d.C.	— Teatro dedicado a Nero
49 a. C.	— Termas dos Cassios (reconstruídas 336 d. C.)
20-35 d. C. — (c.)	Termas dos Augustais (reconstruídas c. 330 d. C.)
410	— (c.) Ocupação dos Alanos
419	— Primeira ocupação visigótica
472	— Grande terramoto (?)
585	— Instalação dos Visigodos
719	— Ocupação e instalação dos Mouros
796	— Afonso o Casto desvasta a cidade
1060	— Fernando de Castela atinge a cidade
1093	— Ocupação de Afonso VI de Castela, por cedência dos Mouros
1111	— Os Almorávidas conquistam a cidade
1147	— Conquista da cidade por D. Afonso Henriques
1179	— Foral da Cidade
1217	— Convento de S. Francisco
1241	— Convento de S. Domingos
1256	— Lisboa, capital do reino
1279	— Convento do Espírito Santo
1283	— Convento da Trindade

1288	— (c.) Alfândega real
1291	— Convento dos Agostinhos, na Graça
1292	— Convento de Santa Clara
1294	— Rua Nova (primeira notícia)
	— Convento de Santo Elói
1300	— (c.) Fangas da Farinha
1369-73	— Incêndios na rua Nova
1373-75	— Cerca Fernandina
1389	— Convento do Carmo
1395	— D. João I faz arruar os mesteres
1401	— Urbanização da zona do Carmo
1450	— (c.) Palácio dos Estaos
1467	— A Câmara afora baldios sem limite de tempo
1490	— Convento de Santos-o-Novo
1492	— Hospital de Todos-os-Santos
1496-98	— Dissolução das Judiarias
1499	— Convento dos Jerónimos
	— Novo foral da cidade
1500	— Paço da Ribeira (início)
1509	— Igreja da Madre de Deus
1513	— Primeiro loteamento de Vila Nova de Andrade-Bairro Alto
1515-21	— Torre de Belém
1523	— Casa dos Bicos
1530	— Convento da Esperança
1531	— Grande terramoto (outros em 1551 e 1597)
1534	— Igreja da Misericórdia
1539	— Convento da Anunciada
1549	— Ermida de Santo Amaro
1550	— População (c.) 80 000
1555	— Igreja de S. Roque
1556	— Igreja da Graça
1560	— (c.) Freguesias de Santa Clara e de Sant'Ana
1561	— Convento de Sant'Ana, a Santa Marta
1570	— Convento de Sant'António dos Capuchos
1573	— Igreja do Loreto
	— Primeira ideia de um aqueduto
1579	— Convento de Santo Antão (Baltazar Alvares)

- 1580 — Igreja de S. Vicente de Fora (início, F. Terzi)
- Convento de Santa Marta
- 1581 — Novo Paço da Ribeira (início, F. Terzi)
- 1584 — Convento das Albertas
- 1586 — Convento das Mónicas
- 1591 — Convento do Desterro
- 1597 — Convento da Penha de França
- 1598 — Convento de S. Bento da Saúde (Baltazar Alvares)
- 1605 — Paço de Alcântara
- 1615 — Convento de Jesus
- 1617 — Convento do Calvário
- 1629 — Palácio Abrantes
- 1630 — Convento da Encarnação
- 1633 — Convento da Boa-Hora
- 1647 — Convento dos Paulistas
- 1649 — Paço da Bemposta
- 1650 — Planta da cidade por J. Nunes Tinoco
- Convento dos Caetanos
- 1651 — Convento do Quelhas
- 1652 — Ordem de D. João IV para construção de uma linha fortificada em volta de Lisboa
- 1657 — Convento das Trinas
- 1658 — Convento do Corpo Santo
- 1665 — Abertura da Rua Nova do Almada
- 1673 — Desdobramento da Rua Nova da Palma
- 1675 — Convento do Rato
- 1680 — Convento de S. Pedro de Alcântara
- 1681 — Convento da Conceição-Nova
- Alargamento da Rua dos Ourives da Prata
- 1682 — Igreja de Santa Engrácia (início, segundo planos de J. Antunes)
- 1690 — Palácio Alvor
- 1705 — Convento de Arroios
- 1711 — Igreja do Menino Deus (J. Antunes)
- 1713-18 — Planta da cidade por Manuel da Maia
- 1719 — F. Juvara vem a Lisboa dar planos para o Paço Real
- Convento de S. Francisco de Paula (I. O. Bernardes e G. Azzolini)

1725	— Palácio de Belém
1729	— População 200 000
1731-48	— Aqueduto das Águas Livres (M. Maia e Custódio Vieira)
1734	— Casa Lazaro Leitão (C. Mardel ?)
1747	— Casa Ludovice
1750	— Paço das Necessidades (termo das obras)
1751	— Montagem da capela de S. João Baptista em S. Roque
1755	— Teatro da Ópera do Tejo (G. C. Bibiena)
	— População 250 000
	— (1 de Novembro) Terramoto
1755-56	— Planos de reconstrução da cidade (Manuel da Maia e Eugénio dos Santos)
1756	— Igreja Patriarcal (incendiada em 1769)
1757	— Palácio Cruz Alagoa
1760	— Igreja da Memória (G. C. Bibiena)
	— (c.) Palácio Rebelo de Andrade
	— (c.) Igreja de Jesus ou das Mercês (Joaquim de Oliveira)
1764	— Passeio Público
1766	— Palácio dos Guiões
1767	— Igreja de Santo António da Sé (Mateus Vicente)
1768	— Igreja de S. Paulo (Remígio F. Abreu)
1769	— Igreja dos Mártires (Reinaldo Manuel)
1775	— Estátua equestre de D.José I (Machado de Castro)
1779-89	— Basílica da Estrela (M. Vicente e Reinaldo Manuel)
1780-92	— Iluminação da cidade a azeite (de novo a partir de 1802)
1792-93	— Teatro de S. Carlos (J. Costa e Silva)
1796	— Arde o Paço de madeira na Ajuda
1801	— Nomes afixados nas ruas
	— População 237 000
1802	— Novos planos para o Paço da Ajuda e reinício das obras (J. Costa e Silva e F. S. Fabri)
1804	— Primeiro «Itinerário Lisbonense»
1807	— Planta de Lisboa por D. J. Fava

1820	— População 210 000
1834	— Aproveitamento dos conventos desocupados pela extinção das Ordens
	— Incremento nas obras da cidade (Joaquim Bonifácio)
1835	— Cemitério dos Prazeres
1836	— Chegada de G. Cinatti (falecido em 1879)
1840	— (c.) Relançamento e obras do Passeio Público
	— Chegada de P. J. Pézerat (falecido em 1872)
1841	— Cemitério do Alto de S. João
1843-45	— Teatro D. Maria II (F. Lodi)
1843-78	— Escola Politécnica (P. J. Pézerat e outros)
1845	— Conclusão das obras do Rossio
	— População 182 000
1848	— Calcetamento do Rossio
	— Introdução da iluminação a gás
1850	— Banhos de S. Paulo (P. J. Pézerat)
	— (c.) Jardim da Estrela
1852	— Estrada de Circunvalação
1859	— Primeira ideia da avenida da Liberdade
1859-63	— Jardim do Príncipe Real
1860	— Muralha de Santos, no Aterro
	— (c.) Emprego de azulejos nas fachadas
	— Primeiro projecto do porto (catorze até 1883)
1863	— Incêndio da Câmara Municipal
	— Matadouro Municipal
1864	— Decreto de 31/12 incumbindo a C.M.L. de estudar um plano geral de melhoramentos (remetido em 1881)
	— População 197 000
1865	— P. J. Pézerat, <i>Mémoire... améliorations et embellissements de Lisbonne</i>
	— Estação de Santa Apolónia
	— Palacete Nunes Correia, ao Passeio Público (G. Cinatti)
1865-80	— Novas Paços do Concelho (Parente da Silva)
1867	— Teatro da Trindade
	— Monumento de Camões (V. Bastos)

1869	— Primeiros quiosques
1870	— Thomé de Gamond, <i>Mémoire sur le projet d'agrandissement de la ville de Lisbonne</i>
1870-90	— (c.) Bairros operários
1873	— Arco da rua Augusta (Veríssimo J. da Costa e A. Calmels)
	— Monumento de D. Pedro IV (E. Robert e Davioud)
	— Primeiros transportes em comum
1876	— Primeira ideia de ponte sobre o Tejo (Miguel Pais)
1878	— População 227 000
1878-85	— Rosa Araújo, presidente da Câmara
1879	— Chega J. L. Monteiro (falecido em 1942)
	— Abertura da avenida da Liberdade
1880	— (c.) Bairros de D. Estefânia e Campo de Ourique
1880-90	— (c.) Trabalhos de arquitectura de ferro
1881	— É remetido à C. M. L. o plano objecto do decreto de 1864
1883	— Miguel Pais, <i>Melhoramentos de Lisboa</i>
1885	— População 243 000
	— Novos limites da cidade (corrigidos em 1895 e 1903)
1886	— Monumento dos Restauradores (A. T. Fonseca)
1887	— Estação do Rossio (J. L. Monteiro)
	— Liceu Passos Manuel (R. Carvalheira)
	— Início das obras do porto
1888	— Planos de Ressano Garcia para «avenidas novas»
	— Instituição de um prémio camarário de arquitectura
	— Introdução da iluminação eléctrica (espalhada a partir de 1902)
	— Primeiro projecto do Parque Eduardo VII
	— Primeira proposta de metropolitano
1890-92	— Praça de Touros (Dias da Silva)
	— Hotel Avenida Palace (J. L. Monteiro)
1890	— População 301 000
	— (c.) Bairro de Campolide

1896	— Chega Ventura Terra (falecido em 1919)
1898	— Viaduto do Andaluz
1900	— População 356 000 — (c.) Abertura da Avenida D. Amélia (Almirante Reis)
1901	— Decreto de 2/9 incumbindo a C. M. L. de estudar um Plano Geral de Melhoramentos — Transportes eléctricos
1902	— Instituição do prémio Valmor
1903	— Monumento de Eça de Queirós (Teixeira Lopes)
1904	— Aprovação do Plano Geral de Melhoramentos, incluindo as avenidas Novas — (c.) Primeiro projecto de arranha-céus, malogrado
1906	— Concurso da igreja da Imaculada Conceição — Fialho de Almeida, «Lisboa Monumental» — Banco Lisboa & Açores (V. Terra)
1907	— Liceu Camões (V. Terra)
1909	— Início do monumento da Guerra Peninsular (1933)
1911	— População 436 000
1912	— Lei de expropriações por utilidade pública
1914	— Início do monumento a Pombal (1934)
1920	— População 485 000
1921-25	— Novas propostas do metropolitano
1922	— Edifício Barros & Santos-Havas (C. Ramos)
1924	— Cinema Tivoli (R. Lino)
1925	— Chega Cristino da Silva (falecido em 1977) — Edifício dos Telefones (R. Touzet) — Projecto do Capitólio (1931, Cristino da Silva)
1926	— Projecto do I.S.T. (Pardal Monteiro) — Projecto do Instituto de Oncologia (C. Ramos)
1927	— Vinda do urbanista J. C. Forrestier — Estação do Cais do Sodré (Pardal Monteiro)

1929	— Moradia «arts déco» na av. Cinco de Outubro (Pardal Monteiro)
1930	— População 592 000 — (c.) Bairro Azul e avenida Álvares Cabral
1930-37	— Cinema Eden (Cassiano Branco)
1931	— Estação Sul e Sueste (Cottinelli Telmo) — Monumento aos Mortos da Grande Guerra (Maximiano Alves)
1931-35	— Instituto Nacional de Estatística (Pardal Monteiro)
1932	— Projecto do parque Eduardo VII (Cristino da Silva)
1933	— Vinda do urbanista A. Agache
1934	— Monumento ao Marquês de Pombal (A. Bermudes e F. Santos)
1934-36	— Casa da Moeda (J. Segurado)
1934-38	— Igreja de Fátima (Pardal Monteiro)
1935	— Hotel Vitória (Cassiano Branco)
1937	— Bairro Salazar (P. Montês) — Monumento de A. J. de Almeida (D. Macedo)
1938	— Projecto da praça do Arieiro (Cristino da Silva) — Primeiros bairros económicos de casas desmontáveis
1938-43	— Duarte Pacheco, presidente da Câmara e ministro das Obras Públicas
1938-40	— Vinda do urbanista E. de Gröer
1940	— População 694 000 — Exposição do Mundo Português — (c.) Gares marítima e fluvial, aeroporto, auto-estrada e viaduto, estádio, fonte Monumental — (c.) Bairro de Alvalade — (c.) Avenida do Aeroporto e bairro do Restelo
1943	— Avenidas A. A. Aguiar e Sidónio Pais
1948	— Conclusão do Plano Director De Gröer
1950	— População 790 000 — Cinema S. Jorge (Fernando Silva)

1952	— Laboratório de Engenharia Civil (Pardal Monteiro)
1954	— Conclusão do Bairro «das Estacas», ao Arceiro (F. Sanchez e R. Atouguia) — Projecto da Av. Infante Santo — (c.) Avenida dos Estados Unidos
1955	— Programação de Olivais-Norte
1956	— Bloco das Águas Livres (N. Teotónio e B. Costa Cabral)
1957-61	— Cidade Universitária e Biblioteca Nacional (Pardal Monteiro)
1957	— Conclusão do Plano Director do G.T.U.
1959	— Metropolitano
1960	— População 802 000 — Programação de Olivais-Sul — Vinda do urbanista R. Auzelle — Padrão dos Descobrimentos (construção definitiva, Cottinelli Telmo e Leopoldo Almeida)
1960-70	— Palácio da Justiça (J. Godinho e J. Andresen)
1960-69	— Instalações da Fundação Gulbenkian (P. Cid, R. Atouguia e A. Pessoa)
1962-66	— Ponte sobre o Tejo
1962-70	— Igreja do Sagrado Coração de Jesus (N. Teotónio e N. Portas)
1963	— Vinda do urbanista G. Meyer Heine
1967-70	— Definição da área preservada por valor histórico
1967	— Plano Director de Lisboa
1970	— População 750 000
1971	— Fundação da EPUL
1972	— Hotel Sheraton e arranha-céus Avis (F. Silva)
1972-73	— Edifícios «Franjinhas» (N. Teotónio) e Castil (T. Taveira)
1974	— Projecto do largo Martim Moniz (Filipe Lopes) — A C. M. L. decide não alienar terrenos — Acção do SAAL e das BAL

- 1977 — (19/5) Portaria que aprova novo Plano
Director
- 1980 — A C. M. L. decide alienar terrenos

N. B. — Referidas a monumentos arquitectónicos (ou a arruamentos e bairros urbanizados), as datas têm sempre discussão, dado que é raro ter-se notícias exactas e comprovadas dos seus princípio e termo nas várias fontes. Assim, as datas mencionadas marcam, geralmente, os inícios das obras, tal como estes são habitualmente registados; só em alguns casos, dos séculos XIX e XX, se indicam datas duplas e, em outros, datas de inauguração. A indicação «cerca» (c.) refere-se geralmente à década. A informação recolhida tem diversa origem, devendo citar-se, para a datação dos conventos, Gomes de Brito, *Ruas de Lisboa* (1935) p. 275/278.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

- 1 — Esquema orgânico de Lisboa: vias estruturais, sítios e monumentos.
- 2 — A primeira planta de Lisboa conhecida. João Nunes Tinoco (1650). Reprodução do séc. XIX.
- 3 — Planta de Lisboa proposta por Eugénio dos Santos em 1756, e completada por Carlos Mardel.
- 4 — Planta de Lisboa no século XIX com indicação de urbanizações projectadas até 1911.
- 5 — Plano Director de Lisboa, 1976.
- 6 — Vista anónima do lado oriental do Rossio, anterior ao Terramoto de 1755.
- 7 — Vista (as. Zusarte) do lado ocidental do Terreiro do Paço, anterior ao Terramoto de 1755.
- 8 — Vista geral de Lisboa antes do Terramoto de 1755 (gravura inglesa).
- 9 — Aqueduto das Águas Livres em Alcântara. Arquitectos e engenheiros Custódio Vieira, A. Canevari, Manuel da Maia e Carlos Mardel (1731-1748).
- 10 — Prédio pombalino típico, c. 1760, na Av. 24 de Julho, 2.
- 11 — Basílica da Estrela. Arquitectos Mateus Vicente e Reinaldo Manuel (1779-1789).
- 12 — Conjunto de fachadas de azulejos, c. 1860, na Calçada Marquês de Abrantes.
- 13 — Fachada do Banco «Lisboa (depois Totta) & Açores». Arquitecto Ventura Terra (1906). Inicialmente a fachada só comportava três vãos.
- 14 — Vista geral do Instituto Superior Técnico. Arquitecto Pardal Monteiro (1927 até meados dos anos 30).
- 15 — Esquema geográfico da «Grande Lisboa» (1952).























